

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PODER JUDICIÁRIO
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA**

**RELATÓRIO ANUAL DA
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA
(ANO 2006)**

DESEMBARGADOR NEWTON TRISOTTO
CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA

FLORIANÓPOLIS (SC)
janeiro/07

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	6
1.1	Núcleos de Assessoramento	6
1.1.1	Responsáveis pelos Núcleos	6
1.1.2	Atribuições dos Núcleos.....	6
1.2	Quadro de pessoal e atribuições dos cargos.....	7
1.2.1	Secretários Jurídicos.....	7
1.2.1.1	Do Corregedor Geral	7
1.2.1.2	Do Vice-Corregedor.....	7
1.2.2	Assessoria para Assuntos Específicos.....	7
1.2.2.1	Do Corregedor Geral	7
1.2.2.2	Do Vice-Corregedor.....	8
1.2.3	Assessoria Judiciária (dos Juízes-Corregedores)	8
1.2.4	Assessoria Correicional.....	8
1.2.4.1	Foro judicial	8
1.2.4.2	Foro extrajudicial	8
1.2.5	Secretaria	9
1.2.6	Escrivania Correicional.....	9
1.2.7	Comissão Estadual Judiciária de Adoção (CEJA).....	9
1.2.8	Assessoria de Custas.....	9
1.2.9	Assessoria de Informática	9
1.2.10	Assessoria de Informática Jurídica.....	10
1.2.11	Divisão Administrativa	10
1.2.11.1	Seção de Expedientes e Serviços Gerais.....	10
1.2.11.2	Seção de Arquivo, Documentações e Publicações	10
1.2.12	Divisão Judiciária	10
1.2.12.1	Seção de Registros das Atividades Judiciais	10
1.2.12.2	Seção de Controle dos Serviços Auxiliares	10
1.2.13	Agente Operacional de Serviços Diversos	11
1.2.14	Recepção	11
2	ATIVIDADES	12
2.1	Atividades do Corregedor Geral da Justiça	12
2.1.1	Visitas a comarcas	12
2.1.2	Participação em eventos	12
2.1.3	Edição de provimentos.....	12
2.1.4	Emissão de ofícios circulares.....	13
2.2	Atividades do Vice-Corregedor	13
2.2.1	Visitas a comarcas	13
2.2.2	Participação em eventos	13
2.3	Atividades do Núcleo de Assessoramento I.....	14
2.4	Atividades do Núcleo de Assessoramento II.....	14
2.4.1	Projetos desenvolvidos	15
2.4.2	Participação em projetos.....	15
2.4.2.1	Da Presidência	15
2.4.2.2	Diversos.....	16
2.4.3	Participação em reuniões.....	17
2.4.4	Pareceres exarados	17
2.4.5	Participação em eventos	18

2.4.6 Edição de atos normativos	18
2.4.7 Orientações sem caráter normativo	18
2.4.8 Respostas a consultas	18
2.4.8.1 Por correio eletrônico.....	18
2.4.8.2 Por telefone	18
2.4.9 Atendimento pessoal.....	18
2.5 Atividades do Núcleo de Assessoramento III.....	19
2.5.1 Atividades Diversas.....	19
2.5.2 Inspeções.....	19
2.5.2.1 Com Apoio Operacional.....	19
2.5.2.2 Sem Apoio Operacional.....	19
2.6 Atividades do Núcleo de Assessoramento IV	20
2.7 Atividades da Escrivania Correicional.....	21
2.7.1 De orientação.....	21
2.7.2 De planejamento e de projetos	21
2.7.3 De inspeção	21
2.7.3.1 Com Apoio Operacional.....	22
2.7.3.2 Sem Apoio Operacional.....	22
2.7.4 De revisão do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça.....	22
2.7.5 Diversas	23
2.8 Atividades da Assessoria Correicional.....	23
2.9 Atividades da Divisão Administrativa	23
2.10 Atividades da Divisão Judiciária	23
2.11 Atividades da Assessoria de Custas.....	25
2.11.1 Atendimento a consultas por telefone	25
2.11.2 Elaboração de pareceres acerca das custas, dos emolumentos e dos cálculos judiciais	26
2.11.3 Atendimento a consultas por <i>e-mail</i> ou fac-símile	26
2.11.4 Atendimento de pessoas que estiveram na Corregedoria.....	26
2.11.5 Participação em grupos de trabalho e no desenvolvimento de projetos	26
2.11.6 Outras atividades	27
2.12 Assessorias de Informática e de Informática Jurídica.....	27
2.12.1 <i>Site</i> da Corregedoria Geral da Justiça	27
2.12.2 Cadastro Único Informatizado de Adoções e Abrigos – CUIDA.....	27
2.12.3 Sistema Bacen Jud	28
2.12.4 Sistema de Jurados Voluntários.....	28
2.12.5 Provimentos e Circulares	28
2.12.6 Projeto Cadastro de Magistrados.....	28
2.12.7 SAJ Estatística	29
2.12.8 Projeto “Rol de Antecedentes Criminais e Outras Ocorrências”	29
2.12.9 Sistema de Inspeção Virtual.....	29
2.12.10 Projeto de Selos.....	29
2.12.11 Projeto Ressarcimento de Selos	29
2.12.12 Ressarcimento Selo <i>Web</i>	29
2.12.13 Consultas <i>Web</i> ao Plantão Judiciário e às informações dos cartórios extrajudiciais	30
2.12.14 Manutenção dos Sistemas em tecnologia “M” e Banco de Dados Caché	30
2.12.15 Manutenção no Sistema de Cálculo de Atualização Monetária	30
2.12.16 Hipertexto do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça.....	30

2.12.17 Projeto Banco de Peritos.....	30
2.12.18 Auxílio nas inspeções correicionais das Comarcas de Balneário Piçarras, Içara e Joaçaba	30
2.12.19 Emissão de relatórios estatísticos	31
2.12.20 Atendimento	31
2.12.21 Atualização dos microcomputadores da Corregedoria.....	32
2.13 Atividades da Comissão Estadual Judiciária de Adoção – CEJA	32
2.13.1 Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo – CUIDA	32
2.13.2 Projeto de Acompanhamento e Supervisão às Instituições de Abrigo	33
2.13.3 Mutirão do Serviço Social em Navegantes e Camboriú	34
2.13.4 Participação e colaboração da CEJA em eventos.....	34
2.13.5 Levantamento de dados.....	35
2.13.5.1 Sessões de Julgamento dos Pedidos de Habilitação Internacional..	35
2.13.5.2 Adoções Realizadas	35
2.13.5.3 Habilitação de pretendes à adoção	35
2.13.5.4 Entidades de Abrigo Cadastradas na CEJA	35
2.13.5.5 Crianças e adolescentes abrigados.....	36
2.13.5.6 Grupos de Estudos e Apoio à Adoção.....	36
2.13.6 Propostas para o ano 2007	36
2.14 Atividades da Secretaria Geral	36
3 CONCLUSÃO.....	38
ANEXOS	Erro! Indicador não definido.

1 INTRODUÇÃO

Em cumprimento ao disposto no inc. XIX do art. 383 da Lei 5.624/79 (Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado de Santa Catarina), apresentamos ao egrégio Conselho da Magistratura o relatório das atividades desenvolvidas pela Corregedoria Geral da Justiça, nos foros judicial e extrajudicial, no ano 2006.

É oportuno lembrar que, por força do disposto no art. 7º do Regimento Interno desta Corregedoria (RICGJ), ao Vice-Corregedor de Justiça cumpre exercer “*a fiscalização disciplinar, controle e orientação dos serviços judiciais e/ou extrajudiciais, inclusive a realização de inspeções e correições*” (inc. II).

1.1 Núcleos de Assessoramento

A Corregedoria Geral da Justiça está estruturada em quatro Núcleos de Assessoramento – Núcleo I (Orientação Institucional); Núcleo II (Planejamento e Projetos); Núcleo III (Correicional e de Instrução Disciplinar) e Núcleo IV (Serventias Extrajudiciais e Revisão do Código de Normas) – e possui quadro de pessoal próprio (Lei 5.624/79, art. 380).

1.1.1 Responsáveis pelos Núcleos

- Núcleo I: Juíza-Corregedora Soraya Nunes Lins Bianchini;
- Núcleo II: Juiz-Corregedor Dinart Francisco Machado;
- Núcleo III: Juízes-Corregedores Luiz Henrique Martins Portelinha e Samir Oséas Saad;
- Núcleo IV: Juiz-Corregedor Roberto Lucas Pacheco.

1.1.2 Atribuições dos Núcleos

- Núcleo I (Orientação Institucional): análise criteriosa dos problemas noticiados a este Órgão Correicional e elaboração de pareceres nos processos autuados; orientação ao público em geral (partes, servidores, magistrados, advogados) acerca dos serviços judiciais; e acompanhamento dos juízes em processo de vitaliciamento;
- Núcleo II (Planejamento e Projetos): análise, desenvolvimento, coordenação e execução de projetos que objetivem a melhoria, tanto dos trabalhos in-

ternos da Corregedoria, como dos seus serviços externos, e, principalmente, a busca do desenvolvimento e evolução da Justiça do Primeiro Grau;

- Núcleo III (Correicional e de Instrução Disciplinar): atividade correicional, mediante o controle e a fiscalização dos serviços do foro judicial; atividade de instrução disciplinar, consistente na coleta de provas para procedimentos e processos administrativos, bem como para inquéritos judiciais; e atividade de implantação de varas e comarcas, mediante a coordenação jurisdicional de todo o processo de instalação de novos serviços judiciários, em parceria com a Presidência do Tribunal de Justiça;

- Núcleo IV (Serventias Extrajudiciais e Revisão do Código de Normas): revisão e aprimoramento do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça (CNCGJ), mantendo-o atualizado em relação às alterações e inovações legislativas; e atividade correicional, mediante o controle e a fiscalização dos serviços do foro extrajudicial.

1.2 Quadro de pessoal e atribuições dos cargos

1.2.1 Secretários Jurídicos

1.2.1.1 Do Corregedor Geral

- Rodrigo Granzotto Peron

Atribuições: previstas no art. 13 do RICGJ.

1.2.1.2 Do Vice-Corregedor

- Ilex R. Gonçalves

Atribuições: previstas no art. 13 do RICGJ.

1.2.2 Assessoria para Assuntos Específicos

1.2.2.1 Do Corregedor Geral

- Adriana Polli da Silva

- Dóriam Meurer

- Luiza Helena Dozza Rodrigues

- Vilmar José Loef Filho

Atribuições: previstas no art. 13 do RICGJ.

1.2.2.2 Do Vice-Corregedor

- Aline Novotny
- Daniela Pohl
- Gabriela Selena Viera
- Marcele Maria Estevão

Atribuições: previstas no art. 13 do RICGJ.

1.2.3 Assessoria Judiciária (dos Juizes-Corregedores)

- Alessandro Gilbert Lise
- Andréia Ramos Pereira
- Fernando Zimmermann Gerber
- Maria Luiza Daura Collaço
- Nalcir Luis Silva

1.2.4 Assessoria Correicional

1.2.4.1 Foro judicial

- Daniele Ballock
- Elizabeth Lukaszewski da Costa
- Jonas Araújo
- Juliana Belzer Ribas
- Marcos Leon Bianchi
- Melissa Cavalca Andrade
- Silvana Zardo
- Sérgio Zitta

1.2.4.2 Foro extrajudicial

- Adolfo Pereira Carpes Neto
- Carlos Augusto Marques
- Daniel Boabaid
- Luis Gustavo Granzotto de Campos
- Margareth Regina Reitz Varella
- Vinícius Chevalier de Castro

- Xedes Ribeiro Freitas

Atribuições: previstas no art. 18 do RICGJ.

1.2.5 Secretaria

- Paulo Sérgio Pizzolatti Remor (Secretário)

- Ana Dirlei Gonçalves Tenfen

- Ana Paula Conti (Estagiária)

- Willian Lima Moreira (Bolsista)

Atribuições: previstas no art. 26 do RICGJ.

1.2.6 Escritania Correicional

- Márcio Leandro Carvalho De César

- Perla Maria Fusinato Schappo

Atribuições: previstas no art. 17 do RICGJ.

1.2.7 Comissão Estadual Judiciária de Adoção (CEJA)

- Mery Ann das Graças Furtado e Silva (Secretária)

- Inês Fritzen

- Myrtis Maria Malburg

Atribuições: previstas no art. 14 do RICGJ.

1.2.8 Assessoria de Custas

- Chirlei Viana

- José Luciano Terhorst

- Lady Ignês Donatti

Atribuições: previstas no art. 19 do RICGJ.

1.2.9 Assessoria de Informática

- Luciano Dias

- Mauro Camillo Duarte

- Ricardo Tadeu Boscollo Heleno

- Saulo Silveira de Souza (Terceirizado)

Atribuições: previstas no art. 27 do RICGJ.

1.2.10 Assessoria de Informática Jurídica

- Gilson Luis Nório

Atribuições: previstas no art. 28 do RICGJ.

1.2.11 Divisão Administrativa

- Sônia Maria Schmitt Pasini (Chefe da Divisão)

- Ana Paula Carloto (Bolsista)

- Mayara Guimarães (Bolsista)

Atribuições: previstas no art. 30 do RICGJ.

1.2.11.1 Seção de Expedientes e Serviços Gerais

- Isolde Schutz de Souza (Chefe da Seção)

- Alan Charles Villa Rodrigues (Terceirizado)

- Cristiane Bernadete de Souza (Servidora)

Atribuições: previstas no art. 32 do RICGJ.

1.2.11.2 Seção de Arquivo, Documentações e Publicações

- João Carlos Garcia (Chefe da Seção)

- Edmilson de Souza (Terceirizado)

- Elene Nicolaos Antonakopoulou Pereira

Atribuições: previstas no art. 33 do RICGJ.

1.2.12 Divisão Judiciária

- Antônio Carlos Michelin (Chefe da Divisão)

- Diego Gaudel Caetano (Bolsista)

Atribuições: previstas no art. 35 do RICGJ.

1.2.12.1 Seção de Registros das Atividades Judiciais

- Cristiane Regina da Silva (Chefe da Seção)

- Marcelo Doneda Losso

- Solange Faria de Oliveira

Atribuições: previstas no art. 37 do RICGJ.

1.2.12.2 Seção de Controle dos Serviços Auxiliares

- Neuza Marieta Silveira Medeiros (Chefe da Seção)
- Márcio Vieira

Atribuições: previstas no art. 38 do RICGJ.

1.2.13 Agente Operacional de Serviços Diversos

- Antônio Everaldo da Silva Velho
- Everton Luiz Garcia
- Mário Alexandre da Silveira
- Sandro Dutra

Atribuições: previstas na Resolução 48/02-GP.

1.2.14 Recepção

- Eliana Regina Zimmermann (Terceirizada)
- Mariana Gil Cardoso (Terceirizada)

Atribuições: previstas no art. 41 do RICGJ.

2 ATIVIDADES

2.1 Atividades do Corregedor Geral da Justiça

2.1.1 Visitas a comarcas

Foram realizadas visitas às Comarcas de: Abelardo Luz, Ascurra, Balneário Camboriú, Balneário Piçarras, Caçador, Canoinhas, Chapecó, Correia Pinto, Criciúma, Cunha Porã, Descanso, Dionísio Cerqueira, Fraiburgo, Gaspar, Ibirama, Içara, Indaial, Itá, Itaiópolis, Itajaí, Ituporanga, Jaguaruna, Jaraguá do Sul, Joaçaba, Joinville, Lages, Laguna, Lebon Régis, Mafra, Maravilha, Mondaí, Navegantes, Palmitos, Papanduva, Pinhalzinho, Pomerode, Porto União, Presidente Getúlio, Quilombo, Rio do Campo, Rio do Sul, Rio do Oeste, Rio Negrinho, Santa Cecília, São Bento do Sul, São Carlos, São João Batista, São Joaquim, São Miguel do Oeste, Taió, Tangará, Timbó, Trombudo Central, Tubarão, Urubici, Urussanga, Videira, Xanxerê e Xaxim.

2.1.2 Participação em eventos

- XLI ENCOGE – Encontro Nacional de Corregedores Gerais –, realizado na cidade do Rio de Janeiro/RJ (de 19 a 22 de abril);
- XLII ENCOGE – Encontro Nacional de Corregedores Gerais –, realizado na cidade de Vitória/ES (de 9 a 12 de agosto);
- Seminário de Acolhimento Familiar, realizado na Comarca de São Bento do Sul (18 de agosto);
- Encontro Estadual de Técnicos do Poder Judiciário, realizado na Comarca de Laguna (31 de agosto);
- III Encontro Estadual de Grupos de Estudos e Apoio à Adoção, realizado na Comarca de Laguna (dias 1º e 2 de setembro).

2.1.3 Edição de provimentos

- Provimento 01/2006 – Dá nova redação aos arts. 38 e 220 do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça;
- Provimento 02/2006 – Dá nova redação aos arts. 862 e 896, V e VI, do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça;
- Provimento 03/2006 – Acrescenta o parágrafo 5º ao art. 805 do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça;

- Provimento 04/2006 – Revoga a parte final do *caput* do art. 70 do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça, dando-lhe nova redação;
- Provimento 05/2006 – Dispõe sobre a utilização do “Sistema Baccen Jud”;
- Provimento 06/2006 – Dispõe sobre a abolição do uso do livro de registro de pretendentes à adoção e oficialização da consulta de pretendentes pelo Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo – CUIDA;
- Provimento 07/2006 – Altera o art. 516, *caput*, do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça, dando-lhe nova redação;
- Provimento 08/2006 – Regulamenta o procedimento para ressarcimento dos serviços gratuitos praticados pelos delegados notariais e de registro;
- Provimento 09/2006 – Altera a redação dos arts. 174, 176 e 191 do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça;
- Provimento 10/2006 – Dispõe sobre a dispensa do uso de livros obrigatórios;
- Provimento 11/2006 – Inclui seção no Capítulo VIII do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça e altera o seu art. 313;
- Provimento 12/2006 – Dispõe sobre a extração das certidões relativas à multa penal e às custas finais não pagas para inscrição em dívida ativa, e altera os arts. 353, 354, 355 e 516 do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça.

2.1.4 Emissão de ofícios circulares

Foram expedidos 90 (noventa) ofícios circulares.

2.2 Atividades do Vice-Corregedor

2.2.1 Visitas a comarcas

O Vice-Corregedor realizou visitas às Comarcas de: Armazém, Balneário Camboriú, Barra Velha, Braço do Norte, Capital, Forquilha, Garopaba, Garuva, Guaramirim, Itajaí, Jaraguá do Sul, Joinville, Lages, Laguna, Maracajá, Palhoça, Piçarras, Porto Belo, São Bento do Sul, São Carlos, Santa Rosa do Sul, Seara, Taió, Tubarão e Urubici.

2.2.2 Participação em eventos

- XLI ENCOGE – Encontro Nacional de Corregedores Gerais –, realizado na cidade do Rio de Janeiro/RJ (de 19 a 22 de abril);
- XLII ENCOGE – Encontro Nacional de Corregedores Gerais –, realizado na cidade de Vitória/ES (de 9 a 12 de agosto).
- XLIII ENCOGE – Encontro Nacional de Corregedores Gerais –, realizado na cidade de Fortaleza/CE (de 6 a 8 de dezembro).

2.3 Atividades do Núcleo de Assessoramento I

- Processos distribuídos: 302 (trezentos e dois);
- Processos redistribuídos aos outros Núcleos, com parecer: 23 (vinte e três);
- Pareceres finais: 264 (duzentos e sessenta e quatro);
- Processos aguardando parecer: 29 (vinte e nove);
- Processos de vitaliciamento concluídos: 23 (vinte e três);
- Processos de vitaliciamento em curso: 28 (vinte e oito);
- Informações prestadas por telefone: 4.366 (quatro mil, trezentas e sessenta e seis);
- Informações prestadas via *e-mail*: 1.351 (mil trezentas e cinqüenta e uma);
- Pessoas atendidas pela Juíza-Corregedora: 184 (cento e oitenta e quatro);
- Pessoas atendidas pela assessoria: 362 (trezentas e sessenta e duas pessoas).

Observações: a Juíza-Corregedora analisou, ainda, outros 511 (quinhentos e onze) expedientes não autuados e despachados diretamente com o Corregedor Geral da Justiça, dentre petições, correspondências eletrônicas e ofícios.

O setor de informações da Corregedoria, vinculado a esse Núcleo, recebe as ligações relativas ao Disque-Corregedoria (foros judicial e extrajudicial), repassando-as aos Núcleos competentes. O demonstrativo mensal desses atendimentos consta dos Quadros 9 e 10 do Anexo 1.

2.4 Atividades do Núcleo de Assessoramento II

2.4.1 Projetos desenvolvidos

- Criação do Manual Prático de Orientação aos Contadores;
- Modificação do *site* da Corregedoria Geral da Justiça;
- Manual de Retenção do Imposto de Renda destinado aos Juízes, Escrivães e Contadores;
- Jurado Voluntário (inscrição pela *internet*);
- Cadastro de Magistrados;
- Bacen Jud 2.0 (capacitação, edição de provimento, orientações, página especializada e criação da equipe de apoio);
- Mutirão do Júri (organização, planejamento e execução);
- Implementação do Ato Regimental 72/2005-TP, relativamente às informações a serem prestadas ao Tribunal Pleno por ocasião das promoções e remoções;
- SAJ/Estatística (em fase de testes);
- Aperfeiçoamento do Programa Inspeção Virtual e do Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo – CUIDA;
- Participação no planejamento do projeto de Inspeção e Apoio Operacional;
- Central de Cobrança de Custas – SAJ/PG 3.2.1 e SAJ/CCP – (sistema em fase final de elaboração), com procedimento virtual;
- Portal de Peritos (em desenvolvimento);
- Fomento à instalação de Conselhos da Comunidade (art. 80 da Lei 7.210/84), com o monitoramento dos conselhos existentes e acompanhamento das novas instalações;
- Fundo de Ressarcimento de Conduções de Oficiais de Justiça (em desenvolvimento);
- Mutirão de Sentenças e redução de processos conclusos.

2.4.2 Participação em projetos

2.4.2.1 Da Presidência

- Justiça Presente (estádios de futebol);

- Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher;
- Reestruturação das Unidades Judiciárias da Grande Florianópolis;
- Participação e auxílio no desenvolvimento e nas definições do Processo Virtual – SAJ/PG5 (Execução Fiscal e Juizado Especial);
- Criação da Unidade Regional da Execução Fiscal de Lages (com proposição normativa);
- Criação da Vara da Execução Penal da Grande Florianópolis (com proposição normativa);
- Ampliação dos serviços do protocolo judicial expresso;
- Arquivo Central – Sistema de Gerenciamento e proposição normativa;
- Manuais de Procedimentos – Participação na elaboração do Manual de Procedimento Criminal (proposta de resolução para sua homologação e criação de comissão de revisão dos manuais);
- Módulo de Assistência Judiciária – SAJ;
- Centralização da retenção do Imposto de Renda e da Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte (DIRF);
- Criação do Sistema de Identificação de Depósito (ID) para depósitos judiciais – originários de outras instituições financeiras – junto ao BESC, em parceria com a Diretoria de Informática e a Diretoria de Orçamento e Finanças, especialmente para atender ao Bacen Jud.

2.4.2.2 Diversos

- Apoio na organização do III Encontro Estadual de Grupos de Estudos e Apoio à Adoção, em Laguna;
- Representação da Corregedoria junto à CGInfo (reuniões mensais e participação em vários projetos, *v.g.* módulo de assistência judiciária);
- Redefinições das unidades judiciárias de Balneário Camboriú, Fraiburgo, Itajaí, Joinville, Joaçaba e São Francisco do Sul;
- Revisão das classes do SAJ;
- Revisão e criação das movimentações do SAJ, em atendimento ao disposto nas Leis 11.232/05 e 11.340/06;
- Definições quanto ao arquivamento administrativo e definitivo.

2.4.3 Participação em reuniões

O Núcleo participou de 75 (setenta e cinco) reuniões sobre diversos temas:

- Centralização da retenção do Imposto de Renda e da Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte (DIRF);
- Implantação da Vara Regional de Execução Fiscal Estadual de Lages, com utilização do SAJ 5.0 voltado ao Processo Eletrônico;
- Implantação de Gerência de Cobrança de Custas e Desenvolvimento de *software* para automatização dos procedimentos;
- Definições, normas e capacitação para uso do Sistema Bacen Jud 2.0;
- Negociação com o BESC para criação de Sistema de ID para depósitos judiciais originários de outras instituições financeiras, especialmente para atender ao Bacen Jud;
- Adequação do SAJ/PG e orientações acerca da Lei 11.232/05 (Execução de Sentença);
- Adequação do SAJ/PG e orientações acerca da Lei 11.340/06 (Lei Maria da Penha);
- Revisão do Manual do Cartório Criminal;
- Gerência de Cobrança de Custas com fase virtual (SAJ/PG 3.2.1 e SAJ/CCP);
- Módulo SAJ/Estatística;
- Recepção do Corregedor Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso; de Juízes Corregedores e Técnicos do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul; de Juízes e Auxiliares da Presidência do Tribunal de Justiça do Espírito Santo; de Desembargador e dos Juízes do Tribunal de Justiça de Pernambuco; e de Juiz e de Técnicos do Tribunal de Justiça de São Paulo. Em todas essas oportunidades foram expostos os projetos e repassados materiais informativos acerca deles.

2.4.4 Pareceres exarados

Foram proferidos:

- pareceres: 56 (cinquenta e seis);
- minutas de pareceres: 80 (oitenta).

2.4.5 Participação em eventos

O Núcleo II envolveu-se diretamente com a realização de dois eventos que se estenderam por diversos pólos de capacitação do Estado. No primeiro apresentou-se o Sistema Bacen Jud; no segundo, o Manual do Contador.

2.4.6 Edição de atos normativos

Participação na edição dos seguintes atos normativos:

- Resoluções: 7 (sete);
- Provimentos: 8 (oito);
- Circulares: 3 (três);
- Ofícios Circulares: 2 (dois).

2.4.7 Orientações sem caráter normativo

O Núcleo II também foi responsável pela elaboração e divulgação de 5 (cinco) documentos de orientação (sem caráter normativo), destacando-se as modificações no SAJ/PG em decorrência das Leis 11.232/05 e 11.340/06.

2.4.8 Respostas a consultas

2.4.8.1 Por correio eletrônico

Foram respondidas consultas, por correio eletrônico, relativas aos seguintes temas:

- Imposto de Renda: 108
- Bacen Jud: 309
- Assuntos Gerais: 1.939

2.4.8.2 Por telefone

- Assuntos diversos: aproximadamente 700 (setecentas) consultas;
- Bacen Jud: 300 (trezentas) consultas (no período de abril a novembro);
- Imposto de Renda: 440 (quatrocentas e quarenta) consultas.

2.4.9 Atendimento pessoal

Foram realizados cerca de 50 (cinquenta) atendimentos pessoais a advogados, servidores, procuradores e a terceiros.

2.5 Atividades do Núcleo de Assessoramento III

2.5.1 Atividades Diversas

- Instrução em diversos processos administrativos disciplinares;
- Realização de Inspeções Virtuais em 194 (cento e noventa e quatro) unidades de divisão judiciária, com encaminhamento de relatórios às Comarcas relacionadas no Quadro 3 do Anexo 1.

2.5.2 Inspeções

2.5.2.1 Com Apoio Operacional

- Içara: Vara Única (22.05 a 02.06);
- Joinville: 4ª Vara Cível (21.08 a 01.09 e 11.09 a 15.09);
- Balneário Piçarras: Vara Única (25.09 a 06.10);
- Rio Negrinho: Vara Única (06.11 a 17.11).

2.5.2.2 Sem Apoio Operacional

- Capital: 5ª Vara Cível (06.03 a 10.03);
- Indaial: 1ª Vara (27.03 a 06.04);
- Capital: 6ª Vara Cível (02.05 a 12.05);
- Joaçaba: 1ª Vara Cível (19.06 a 23.06);
- Joaçaba: 2ª Vara Cível (07.08 a 11.08).

ESTATÍSTICA DE REDUÇÃO DE ACERVO

COMARCA	UNIDADE	ATIVOS NA ENTRADA	ATIVOS NA SAÍDA	REDUÇÃO
Içara	Única	11.740	10.584	9,85%
Urussanga	Única	21.563	17.554	18,6%
Palhoça	1ª Cível	11.537	7.432	35,5%
	2ª Cível	11.345	10.827	4,6%
Estreito	1ª Cível	4.250	3.064	27,9%
	Família	5.426	4.830	10,58%

	Crime	3.331	3.024	9,2%
Joaçaba	1ª Cível	3.578	3.396	10,2%
	2ª Cível	5.000	4.320	19,06%
Indaial	1ª Vara	4.271	3.567	16,4%
	2ª Vara	6.698	6.353	5,1%
	Crime	2.805	1.982	29,3%
Joinville	4ª Cível	8.419	8.051	8,51%
Balneário Piçarras	Única	20.180	18.722	7,84%
Pomerode	Única	9.639	8.365	13,2%
Trombudo Central	Única	7.559	6.823	9,7%
Rio Negrinho	Única	10.529	9.888	7,45%
Barra Velha	Única	5.710	5.345	6,3%
Biguaçu	1ª Vara	3.254	2.952	9,2%
	2ª Vara	13.590	12.430	8,5%

2.6 Atividades do Núcleo de Assessoramento IV

- Fiscalização das serventias extrajudiciais buscando orientar seus responsáveis para o correto desempenho de suas atribuições;
- Inspeções de cartórios extrajudiciais;
- Ampliação da equipe correicional, com a participação de integrantes oriundos do gabinete do Vice-Corregedor;
- Realização de correições nos cartórios extrajudiciais relacionados no Quadro 2 do Anexo 1;
- Assessoramento da 1ª Vice-Presidência deste Tribunal de Justiça na elaboração dos quadros demonstrativos das serventias vagas para posterior preenchimento mediante concurso público (remoção ou ingresso na atividade notarial e de registro);
- Elaboração de estudos para desativação de serventias distritais, colimando na Resolução 05/06, do Conselho da Magistratura, desativando-se 56 (cinquenta e seis) delas;
- Participação nos estudos que originaram a Resolução 08/05, do Conselho da Magistratura, por meio da qual foram implementadas 30 (trinta) novas serventias, dentre as quais os ofícios de Registro de Imóvel das Comarcas de Chapecó, Blumenau e Jaraguá do Sul;
- Apresentação de projeto de lei complementar – que aguarda sanção do Governador do Estado – visando a alteração da Lei Complementar 175/98 (que

trata dos selos de fiscalização e dá outras providências), o que possibilitará o ressarcimento de todos os atos gratuitos praticados nas serventias extrajudiciais, além de ser concedida ajuda de custo às Escrivanias de Paz, viabilizando-as economicamente.

2.7 Atividades da Escrivania Correicional

A Escrivania Correicional iniciou o ano 2006 tendo como integrantes dois escrivães correicionais: Márcio Leandro Carvalho De Cesaro e Perla Maria Fusinato Schappo, a qual entrou no gozo de licença-maternidade a partir do mês de junho.

A participação dos escrivães correicionais ocorreu nos quatro núcleos existentes na Corregedoria.

2.7.1 De orientação

- Respostas a consultas: 600 (seiscentas), aproximadamente;
- Elaboração de pareceres relativos a processos administrativos disciplinares contra auxiliares da Justiça;
- Participação no “Encontro de Formação de Instrutores”, oportunidade em que foram respondidas dúvidas dos instrutores.

2.7.2 De planejamento e de projetos

- Elaboração de estudos para edição de provimentos, circulares e atos normativos internos da Corregedoria;
- Participação em reuniões tratando:
 - a. da implementação da central de cobrança de custas (procedimento virtual);
 - b. da padronização e definição de procedimentos para as rotinas cartoriais;
- Visitas as 1ª e 2ª Varas Cíveis da Comarca de Brusque a fim de verificar a necessidade de redefinição de competências (fevereiro).

2.7.3 De inspeção

No trabalho de campo os escrivães desenvolveram suas atividades com base nos seguintes vetores de atuação:

- análise preliminar do perfil da vara a ser inspecionada;
- acompanhamento da atividade cartorial;
- proposição de adequações ou de redimensionamento das rotinas e do fluxo de documentos e de autos de processos;
- orientação dos servidores para melhor desempenho de suas atividades;
- consultoria à unidade de divisão judiciária inspecionada quanto às proposições destacadas;
- monitoramento dos resultados da atividade;
- elaboração dos relatórios finais das inspeções.

Os escrivães acompanharam os Juízes-Corregedores do Núcleo III nas visitas de verificação e de preparação das seguintes unidades:

- Vara Única da Comarca de Içara (maio);
- Vara Única da Comarca de Urussanga (maio);
- Vara Única da Comarca de Capinzal (agosto);
- Vara Única da Comarca de Balneário Piçarras (setembro);
- Vara Única da Comarca de Navegantes (setembro).

2.7.3.1 Com Apoio Operacional

- Içara: Vara Única (22.05 a 02.06);
- Joinville: 4ª Vara Cível (21.08 a 01.09 e 11.09 a 15.09);
- Balneário Piçarras: Vara Única (25.09 a 06.10);
- Rio Negrinho: Vara Única (06.11 a 17.11).

2.7.3.2 Sem Apoio Operacional

- Capital: 5ª Vara Cível (06.03 a 10.03);
- Indaial: 1ª Vara (27.03 a 06.04);
- Capital: 6ª Vara Cível (02.05 a 12.05);
- Joaçaba: 1ª Vara Cível (19.06 a 23.06);
- Joaçaba: 2ª Vara Cível (07.08 a 11.08).

2.7.4 De revisão do Código de Normas da Corregedoria Geral

Participação na elaboração de atos normativos para atualização do CNCGJ: 8 (oito) provimentos.

2.7.5 Diversas

- Assessoramento do Juiz de Direito de Segundo Grau Jaime Ramos na instrução de processo disciplinar no âmbito extrajudicial, notadamente na tomada de depoimentos nas Comarcas de Guaramirim e Jaraguá do Sul;

- Contribuição no desenvolvimento do subnúcleo de Inspeção Virtual e de seus planos de trabalho;

- Participação da elaboração da minuta de provimento que regulamentará o Mutirão de Sentenças de 2007.

2.8 Atividades da Assessoria Correicional

- Apoio na elaboração dos pareceres e dos estudos afetos aos processos e projetos dos Núcleos I e II;

- Auxílio às Inspeções Correicionais e ao Apoio Operacional realizados pelo Núcleo III;

- Auxílio às Inspeções Correicionais realizadas pelo Núcleo IV.

2.9 Atividades da Divisão Administrativa

As atividades são aquelas próprias das atribuições definidas no art. 30 do RICGJ. Além dessas, com a edição da Lei Complementar 175/98, a Divisão passou a coordenar os serviços relativos ao Selo de Fiscalização: atualização do cadastro dos cartórios extrajudiciais e do cadastro de registros de nascimentos e óbitos; controle dos pedidos de selos de fiscalização e repasse dos dados referentes ao ressarcimento dos assentamentos de nascimentos e óbitos para a Diretoria de Orçamento e Finanças, incluídas as alterações que se fizerem necessárias.

Nos Quadros 4 a 6 do Anexo 1, e nos Gráficos 1 a 8 do Anexo 2 deste relatório encontram-se especificadas as atividades realizadas.

2.10 Atividades da Divisão Judiciária

As principais atividades desenvolvidas pela Divisão Judiciária estão abaixo indicadas:

- Fornecimento de informações estatísticas ao Conselho Nacional

de Justiça, para composição do banco de “Indicadores Estatísticos do Poder Judiciário Brasileiro”;

- Confeção e manutenção das planilhas com as atividades judicantes dos magistrados e remessa a eles;

- Controle e atualização, na *intranet/internet*, dos bancos de dados, com informações sobre as comarcas/varas (quadro das circunscrições, endereços, telefones, municípios, distritos, cartórios extrajudiciais, movimento forense, etc.);

- Registro das inspeções realizadas pelos magistrados nas cadeias públicas;

- Organização e repasse, ao Tribunal Pleno, de informações referentes aos processos de promoção, remoção e opção de magistrados (Ato Regimental 72/05), por meio de relatórios de produtividade, neles incluídos os dados relativos às médias de produtividade das comarcas e das varas semelhantes aquela em que o magistrado atuou, observada a especificidade da unidade;

- Desenvolvimento de novo sistema de estatística com a colaboração da empresa *Softplan*. As informações retiradas diretamente do SAJ/PG serão incluídas no banco de dados centralizado na Corregedoria, que conterá os registros relativos à atividade cartorária das comarcas e das varas e também os dados acerca da produtividade dos magistrados. No referido sistema está prevista a contabilização de toda a atividade judicante (sentenças, decisões e despachos);

- Disponibilização da Rede de Integração Nacional de Informações de Segurança Pública e Justiça (INFOSEG) para uso dos magistrados e dos servidores do Poder Judiciário. Como complemento ao convênio firmado com a Secretaria de Segurança Pública e Defesa do Cidadão, deu-se início ao cadastramento dos magistrados e servidores que irão fazer uso da ferramenta INFOSEG, que incorpora as informações acerca de indivíduos criminalmente identificados, de armas de fogo, de veículos e de condutores de todas as Unidades da Federação.

Apresenta-se a seguir a estatística das atividades desenvolvidas por esta Divisão durante este ano:

- Mapas estatísticos processados ou digitados: 6.600;

- Mapas estatísticos auditorados: 395;

- Mapas estatísticos regeados (correção de problemas): 304;

- Relatórios de promoção/remoção/opção de juizes (processos):

93;

- Relatórios de promoção/remoção/opção (juízes inscritos): 128;
- Registros de antecedentes criminais captados via SAJ: 22.142 (*);
- Registros de ocorrências da Lei 9.099/95 captados via SAJ:

17.299 (*);

- Registros de processos suspensos captados via SAJ: 19.362 (*);
- Registros de mandados de prisão captadas via SAJ: 13.175 (*);
- Fornecimento de Certidões de antecedentes: 758;
- Registro e arquivo de inspeção de cadeias públicas: 111;
- Fornecimento de listagens com endereço das comarcas: 10;
- Fornecimento de listagens com endereço dos cartórios extrajudiciais: 3;

ciais: 3;

- Despachos em processos diversos: 46.

Os números assinalados com asterisco (*) indicam, além das novas inclusões, as diversas alterações verificadas: atualizações de dados pessoais (CPF, RG, endereços, número antigo do processo); informações sobre a extinção da punibilidade; revogação/suspensão de mandados de prisão, etc.

Os dados referentes ao movimento forense da Justiça do Primeiro Grau e às Casas da Cidadania constam dos Quadros 7 e 8 do Anexo 1, e dos Gráficos 9 a 12 do Anexo 2.

2.11 Atividades da Assessoria de Custas

2.11.1 Atendimento a consultas por telefone

Dos atendimentos efetuados, destacam-se os seguintes:

- Foro Judicial: valor das custas relativas à propositura de ações; conduções de oficiais de justiça; valor do preparo de recursos ao Tribunal de Justiça, ao Superior Tribunal de Justiça e ao Supremo Tribunal Federal; informações sobre a utilização do protocolo unificado; auxílio na interpretação de normas; consultas legislativas, etc.;

- Foro Extrajudicial: emolumentos dos Tabelionatos de Notas e Protestos de Títulos, dos Serviços Registrais de Imóveis, Cíveis e de Títulos e Docu-

mentos; Fundo de Reparelhamento da Justiça. Orientações sobre a cobrança excessiva de emolumentos e o procedimento a ser tomado para reaver o valor excedente pago;

- Uso da tabela de atualização monetária disponível no *site* da Corregedoria Geral da Justiça.

2.11.2 Elaboração de pareceres acerca das custas, dos emolumentos e dos cálculos judiciais

- 29 (vinte e nove) pareceres em processos;
- 25 (vinte e cinco) pareceres envolvendo cálculos.

2.11.3 Atendimento a consultas por *e-mail* ou fac-símile

- 808 (oitocentos e oito) *e-mails*;
- 19 (dezenove) faxes.

2.11.4 Atendimento de pessoas que estiveram na Corregedoria

- 49 (quarenta e nove) pessoas atendidas.

2.11.5 Participação em grupos de trabalho e no desenvolvimento de projetos

- Revisão, atualização e conclusão do Manual do Contador Judicial;
- Participação do assessor José Luciano Terhorst no desenvolvimento do projeto de cobrança de custas finais (central de custas);
- Capacitação dos servidores da contadoria da Comarca da Capital;
- Estudos de medidas para não-evasão de receitas;
- Estudos para integração do SAJ/PG e Custas com o Sistema de Administração Tributária (SAT) da Secretaria da Fazenda Estadual;
- Participação no projeto de centralização dos recolhimentos do Imposto de Renda Retido na fonte e DIRF;

- Estudos para implementação de custas judiciais na *internet*;
- Inspeção na Contadoria Judicial da Comarca de Joinville;
- Apresentação e entrega do Manual do Contador Judicial.

2.11.6 Outras atividades

- Orientação aos contadores judiciais quanto à operacionalização de cálculos de liquidação de maior complexidade;
- Elaboração mensal da Tabela de Índices de Atualização de Valores e a sua manutenção na *internet*;
- Manutenção do banco de dados com as séries históricas de indicadores econômicos e financeiros do SAJ/Custas;
- Confecção e manutenção da Tabela de Multas de Tóxicos e Fianças previstas pela Lei 6.368/76.

2.12 Assessorias de Informática e de Informática Jurídica

Durante o ano 2006, além da continuidade dos projetos iniciados nos anos anteriores e do suporte técnico de todo o parque computacional da Corregedoria, foram realizados novos trabalhos em todos os setores desta Corregedoria, procurando atender, em um primeiro momento, às demandas emergenciais. Dentre elas destacam-se:

2.12.1 Site da Corregedoria Geral da Justiça

Foi desenvolvido novo *site* visando ampliar a comunicação com o público e prestar seus serviços de modo satisfatório, seja interna ou externamente.

2.12.2 Cadastro Único Informatizado de Adoções e Abrigos

– CUIDA

O projeto, antes sob responsabilidade da Diretoria de Informática, foi assumido pela Assessoria de Informática da Corregedoria. Nele foram realizadas manutenções nos dois sistemas existentes: no Sistema *Web*, em linguagem *Java*, e no Sistema Administrativo, em linguagem *Delphi*. No Sistema *Web* foram efetuados ajustes para aprimoramento dos recursos existentes, proporcionando um melhor desempenho dos usuários; no Sistema Administrativo foram implementados diversos recursos novos, a exemplo dos relatórios gerenciais e estatísticos, de grande importância para a CEJA.

Tem sido prestado suporte às assistentes sociais e aos juízes que operam o Sistema CUIDA.

2.12.3 Sistema Bacen Jud

Participação no projeto de treinamento para operação no Sistema Bacen Jud, do Banco Central, em todo o Estado, oportunidade em que foram capacitados mais de 570 (quinhentas e setenta) usuários do referido sistema. No treinamento realizado em Brasília, do qual participaram um servidor da Presidência deste Tribunal de Justiça e três da Corregedoria, pode-se contar com a orientação de funcionários do Banco Central do Brasil. Dentre os usuários capacitados, além dos juízes, estão os escrivães, os assessores e os técnicos judiciários designados para operarem o sistema. A assessoria tem auxiliado na função de *Master* do sistema e na função de suporte aos usuários.

2.12.4 Sistema de Jurados Voluntários

A partir de uma versão iniciada pela Assessoria de Informática da gestão anterior, foi desenvolvido um Sistema *Web*, em linguagem *Java*, para cadastramento de voluntários interessados, de todas as comarcas do Estado, em compor o Tribunal do Júri.

2.12.5 Provimentos e Circulares

Atualização e publicação, na *internet*, do índice de provimentos, com a inclusão dos que foram emitidos pela Corregedoria neste ano, possibilitando, ainda, efetuar-se a busca pela data de publicação do provimento. No banco de dados constava mais de uma publicação por provimento e imperfeições na alimentação dos dados. A organização permitiu a correção dessas situações.

2.12.6 Projeto Cadastro de Magistrados

O projeto Cadastro de Magistrados foi desenvolvido com base na necessidade de a Corregedoria manter seus dados atualizados, bem como de reconhecer o perfil dos atuais magistrados, que podem incluir no Sistema *Web* informações cadastrais atualizadas, as quais permanecem disponíveis automaticamente.

2.12.7 SAJ Estatística

Realizou-se levantamento de necessidades da Corregedoria e definiu-se o projeto de estatística do SAJ. Foram instaladas e testadas versões iniciais do programa SAJ/Estatística, no sentido de avaliar a sua eficácia no caso de substituição dos projetos de Inspeção Virtual e de Mapa Estatístico vigentes. O projeto se encontra em fase de adequação.

2.12.8 Projeto “Rol de Antecedentes Criminais e Outras Ocorrências”

Diversas manutenções foram realizadas no Sistema Administrativo (*Delphi*) para acelerar o processo de captura de novas informações. Foram adequados os métodos de captura existentes para a correção de deficiências encontradas. Além do aplicativo *Delphi*, foram feitos ajustes na aplicação *Web*. A instalação de programas de captura em todas as comarcas do Estado permitiu a uniformização desse processo.

2.12.9 Sistema de Inspeção Virtual

Foi desenvolvida uma nova versão do Sistema de Inspeção Virtual, com recursos específicos para as atividades da Corregedoria. Durante todo o ano está sendo prestado suporte a todos os usuários do referido sistema e auxílio nas inspeções correicionais.

2.12.10 Projeto de Selos

Manutenção do Sistema *Delphi* de Selos com a incorporação de novos relatórios e ajustes nos anteriores. Adequação do cadastro de cartórios para suportar o novo Sistema de Ressarcimento de Selos. Cadastramento das informações dos cartórios extrajudiciais referente ao Ressarcimento de Selos.

2.12.11 Projeto Ressarcimento de Selos

Foi desenvolvido um Sistema *Web*, em linguagem *Java*, para solicitação de atos gratuitos praticados pelos cartórios extrajudiciais. Esta assessoria permanece oferecendo suporte aos usuários dos cartórios do Estado.

2.12.12 Ressarcimento Selo *Web*

Permite aos Secretários de Foro, mediante uso de senha, o acesso ao relatório de ressarcimentos de atos gratuitos solicitados pelos cartórios extrajudiciais de sua comarca. O projeto complementa aquele relativo ao Ressarcimento Selo *Web* e tem como objetivo permitir que as Secretarias de Foro verifiquem se as serventias possuem a documentação que comprove a gratuidade dos ressarcimentos solicitados. O projeto encontra-se pronto e aguardando autorização para sua publicação.

2.12.13 Consultas *Web* ao Plantão Judiciário e às informações dos cartórios extrajudiciais

São disponibilizadas consultas *Web*, em linguagem *Java*, às informações armazenadas em banco de dados *Caché*.

2.12.14 Manutenção dos Sistemas em tecnologia “M” e Banco de Dados *Caché*

Atendendo à solicitação das divisões administrativa e judiciária, os seguintes sistemas foram ajustados: Mapas Estatísticos, Magistrados, Rol de Culpados, Expedição de Documentos, Acompanhamento de Processos, Patrimônio, Cartórios Extrajudiciais e Plantão Judiciário.

2.12.15 Manutenção no Sistema de Cálculo de Atualização Monetária

Foram feitos ajustes no Sistema *Web*, em linguagem *Java*, nas rotinas de cálculo de atualização monetária e de tabela de atualização monetária.

2.12.16 Hipertexto do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça

Realizada a inserção do hipertexto do CNCGJ visando facilitar o acompanhamento das atualizações.

2.12.17 Projeto Banco de Peritos

Sistema em fase de modelagem, com definição da estrutura e dos recursos do banco de dados, da sistemática de cadastramento e da consulta de peritos.

2.12.18 Auxílio nas inspeções correicionais das Comarcas

de Balneário Piçarras, Içara e Joaçaba

Repasse de rotinas e de informações do Sistema de Automação de Primeiro Grau (SAJ/PG), com emissão de relatórios e demais atividades relacionadas com as inspeções.

Nas demais comarcas inspecionadas foram prestadas informações através de *e-mail*, telefone ou comunicação via rede.

2.12.19 Emissão de relatórios estatísticos

Foram emitidos diversos relatórios (informativos e estatísticos) baseados nos dados das comarcas do Estado, gerando informações para tomada de decisões administrativas e/ou judiciais da Corregedoria.

2.12.20 Atendimento

Foram realizados atendimentos de suporte a sistemas e prestadas orientações aos usuários nos seguintes postos de trabalho:

- Gabinete do Corregedor
- Gabinete do Vice-Corregedor
- Gabinete dos Juízes-Corregedores
- Secretaria da Corregedoria
- Escrivania Correicional
- Assessoria Correicional
- Assessoria de Custas
- Assessoria Extrajudicial
- CEJA
- Divisão Administrativa da CGJ
- Divisão Judiciária da CGJ
- Diretoria de Informática
- Diretoria de Orçamento
- Cartórios Extrajudiciais
- Sala de Assistentes Sociais
- Gabinetes de Juízes
- Sala de Assessores Judiciários
- Escrivanias
- Sala dos TSIs

2.12.21 Atualização dos microcomputadores da Corregedoria

Novos microcomputadores foram instalados, havendo a substituição dos desatualizados.

2.13 Atividades da Comissão Estadual Judiciária de Adoção – CEJA

Esta comissão apresenta no seu quadro de pessoal três servidoras:

- a. uma assistente social, que exerce também a função de Secretária da Comissão;
- b. uma técnica judiciária (socióloga);
- c. uma agente administrativa auxiliar (acadêmica do curso de Serviço Social – UFSC).

No seu âmbito de atuação, a Comissão Estadual Judiciária de Adoção desenvolveu os seguintes projetos e atividades:

2.13.1 Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo – CUIDA

Neste ano foi utilizado novo sistema de cadastramento de interessados à adoção – denominado Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo (CUIDA) –, que provocou mudanças expressivas no encaminhamento de crianças para adoção, no acompanhamento de crianças e de adolescentes já abrigados, e na produção de relatórios estatísticos.

A utilização do novo sistema foi acompanhada pela CEJA e avaliada por ocasião do Encontro Estadual de Técnicos, realizado no dia 31 de agosto, em Laguna.

Com seis meses de uso o sistema já estava alimentado por 90% (noventa por cento) das comarcas. A dificuldade permanece em relação àquelas em que não há assistentes sociais ou responsáveis pela alimentação do sistema.

Como resultados da utilização do CUIDA tem-se que: **a)** houve redução em 70% (setenta por cento) das inscrições nas comarcas, porquanto são habili-

tados apenas os nelas residentes; **b)** as informações circulam com maior agilidade através do acesso direto dos operadores ao referido sistema; **c)** os registros de pretendentes que já adotaram foram excluídos do sistema, eliminando-se gastos com ligações telefônicas, economizando-se o tempo dos profissionais vinculados à adoção e, principalmente, evitando-se que um único pretendente fosse consultado semanalmente por diversas comarcas, como costumava acontecer.

Não há como avaliar neste primeiro ano da atual gestão se houve, por intermédio do CUIDA, agilização nas adoções, até porque elas passam a constar do sistema após o trânsito em julgado da sentença. Nos casos em que há crianças um pouco maiores, o estágio de convivência demora em média seis meses ou mais, ocasionando, por esse motivo, a demora na prolação das sentenças.

A partir do segundo semestre deste ano a Assessoria de Informática da Corregedoria disponibilizou relatórios estatísticos, que possibilitaram uma avaliação mais efetiva dos andamentos das adoções.

2.13.2 Projeto de Acompanhamento e Supervisão às Instituições de Abrigo

Dos trabalhos referentes ao acompanhamento dos abrigos, destaca-se o reordenamento do “Lar da Criança de Joaçaba e Herval do Oeste”, acompanhado pelos juizados da infância e da juventude daquelas comarcas. A referida instituição não foi desativada, mas as crianças estão sendo transferidas para os abrigos de seus municípios de origem. Atualmente há apenas um grupo de 3 (três) irmãos que aguarda encaminhamento.

Na Comarca de Herval do Oeste a administração municipal, acatando solicitação da juíza, iniciou um projeto com a aquisição de uma casa para o abrigo. O imóvel é bem localizado, equipado com o auxílio do Poder Judiciário, possui quadro de pessoal adequado e uma proposta técnico-pedagógica desenvolvida em conjunto com os profissionais da prefeitura, com os do juizado da infância e da juventude e da CEJA.

Da mesma forma o abrigo Frei Bruno, de Joaçaba, foi readaptado com a proposta de acolher as crianças do Lar da Criança.

Esta Comissão acompanhou a equipe que produziu o documentário “O que o destino me mandar”, patrocinado pela Associação dos Magistrados Brasileiros, lançado no dia 16 de novembro, em Curitiba, no Congresso

Brasileiro dos Magistrados, sobre crianças e adolescentes abrigados. O trabalho foi realizado entre os meses de maio e julho, envolvendo 11 (onze) abrigos. Durante as filmagens, ocorridas nos fins de semana, foi possível observar vários aspectos da vivência das crianças nas instituições, conforme retrata o documentário.

2.13.3 Mutirão do Serviço Social em Navegantes e Camboriú

Em razão do volume de processos afetos à competência das Varas da Infância e da Juventude e da falta de assistentes sociais, foram organizados mutirões, com o deslocamento de assistentes sociais de outras comarcas.

Em Navegantes, os mutirões ocorreram no segundo semestre, em períodos alternados, a saber:

- de 17 de julho a 4 de agosto: assistentes sociais Simone Regina Medeiros da Silva (Joinville) e Magali Marcia Gröllöf (Santo Amaro da Imperatriz);
- de 2 a 6, e de 16 a 27 de outubro: assistente social Rosemari Panceri (Tangará).

No total, foram encaminhados 98 (noventa e oito) processos durante os mutirões na Comarca de Navegantes.

Em Camboriú foram encaminhados 39 (trinta e nove) processos, com estudo social confeccionado nos períodos de 2 a 6 e 23 a 27 de outubro. Dessa atividade participou a assistente social Joyse Joliet Giovanella (Pomerode).

Os mutirões proporcionaram o esclarecimento aos usuários que dependiam da elaboração de estudos sociais para a conclusão de seus processos.

2.13.4 Participação e colaboração da CEJA em eventos

Abaixo estão relacionados os eventos que contaram com a colaboração da CEJA:

- IX Reunião do Conselho das Autoridades Centrais Brasileiras, em Brasília (24 a 26 de maio);
- Seminário de Acolhimento Familiar, em São Bento do Sul (18 de agosto);
- Encontro Estadual de Técnicos do Poder Judiciário, em Laguna (31 de agosto);

- III Encontro Estadual de Grupos de Estudos e Apoio à Adoção, em Laguna (1º e 2 de setembro);

- Congresso Brasileiro de Magistrados, em Curitiba, Lançamento do documentário sobre crianças em abrigo (17 e 18 de novembro).

Dentre essas atividades, destaca-se a participação na produção do documentário sobre crianças abrigadas.

Os eventos realizados mobilizaram os grupos de estudos e apoio à adoção, além de técnicos, pais adotivos, interessados em adoção, autoridades municipais, juízes, promotores, entre outros, que contabilizaram aproximadamente 800 (oitocentos) participantes das discussões de assuntos relacionados à infância e à juventude.

2.13.5 Levantamento de dados

2.13.5.1 Sessões de Julgamento dos Pedidos de Habilitação

Internacional

- 6 (seis) sessões realizadas;

- 74 (setenta e quatro) processos julgados.

2.13.5.2 Adoções Realizadas

- Residentes em Santa Catarina e em outros Estados: 357

- Estrangeiros: 56

Total: 413

2.13.5.3 Habilitação de pretendes à adoção

- Residentes em Santa Catarina: 1.444 (63%)

- Residentes em outros Estados: 671 (29%)

- Estrangeiros: 175 (8%)

Total: 2.290

2.13.5.4 Entidades de Abrigo Cadastradas na CEJA

Projetos casa lar, família acolhedora e similares: 115 (cento e

quinze).

2.13.5.5 Crianças e adolescentes abrigados

- Sexo feminino: 521 (49%)
- Sexo masculino: 550 (51%)

Das 1.071 crianças e adolescentes que se encontram em abrigos, 47% (quarenta e sete) por cento possuem mais de 10 (dez) anos.

2.13.5.6 Grupos de Estudos e Apoio à Adoção

Criados e acompanhados pelos Juizados da Infância e da Juventude e pela CEJA: 115 (cento e quinze).

2.13.6 Propostas para o ano 2007

- Realização de seminários de capacitação das assistentes sociais do Poder Judiciário, com a abordagem de questões teórico-práticas da profissão, possibilitando a troca de experiências relacionadas ao trabalho forense;
- Realização de dois seminários por ano, um com conteúdo teórico e outro voltado à capacitação das assistentes sociais para gerenciar as atividades dos abrigos, principalmente quanto à manutenção do Cadastro Único Informatizado de Adoção e Abrigo – CUIDA;
- Organização do IV Encontro Estadual de Grupos de Estudos e Apoio à Adoção, a ser realizado na região do meio-oeste catarinense;
- Organização do II Seminário Internacional da Família, Infância e Juventude;
- Continuidade dos trabalhos de acompanhamento e de supervisão das instituições de abrigo, por meio de relatórios e visitas eventuais às referidas instituições;
- Continuidade ao programa de estímulo à criação de grupos de estudos e apoio à adoção, e acompanhamento das ações daqueles já organizados.

2.14 Atividades da Secretaria Geral

Além das atribuições previstas nos incs. I a XXII do art. 26 do RICGJ, a Secretaria Geral desempenhou as seguintes atividades:

- suporte, tanto material quanto físico, aos Núcleos I, II, III e IV para que pudessem desempenhar satisfatoriamente suas atividades;
- interação entre as diversas diretorias do Tribunal de Justiça com a finalidade de solucionar os problemas administrativos e judiciais que aportaram na Corregedoria;
- atendimento de magistrados, advogados, servidores e público em geral para dirimir dúvidas e orientá-los nos procedimentos a serem adotados;
- participação de diversas reuniões realizadas entre a Corregedoria e outros setores do Tribunal de Justiça visando a melhoria dos serviços a serem prestados pelo Poder Judiciário.

3 CONCLUSÃO

“Ninguém é uma ilha” (Martin Luther King).

Somos todos dependentes uns dos outros. Em todas as atividades há sempre o concurso, ainda que indireto e remoto, de outras pessoas.

A Corregedoria Geral da Justiça não teria cumprido com sucesso as atribuições que lhe são cometidas por leis e normas regulamentares se não houvesse a imprescindível e eficiente colaboração dos Juízes-Corregedores e dos servidores. Todas as tarefas que executaram são importantes. Sem a conclusão de qualquer delas, não teríamos formado o conjunto e atingido as metas traçadas.

A todos eles somos gratos e, também e principalmente, ao Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Pedro Manoel Abreu, e aos seus assessores diretos, Juízes Hélio do Valle Pereira, Odson Cardoso Filho, Paulo Henrique Moritz Martins da Silva e Romano José Enzweiler, que jamais nos negaram apoio.

Florianópolis, 11 de dezembro de 2006

Desembargador Newton Trisotto
CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA

Desembargador José Volpato de Souza
VICE-CORREGEDOR DA JUSTIÇA

ANEXOS

ANEXO 1 – QUADROS DEMONSTRATIVOS

QUADRO 1 – INSPEÇÕES JUDICIAIS

COMARCA	JUDICIAL
BALNEÁRIO PIÇARRAS	CGJ-0503/2006
BARRA VELHA	CGJ-0624/2006
BIGUAÇU (1ª VARA)	CGJ-0625/2006
BIGUAÇU (2ª VARA)	CGJ-0689/2006
CAPITAL (5ª CÍVEL)	CGJ-0080/2006
CAPITAL (6ª CÍVEL)	CGJ-0256/2006
IÇARA	CGJ-0285/2006
JOAÇABA (1ª CÍVEL)	CGJ-0390/2006
JOAÇABA (2ª CÍVEL)	CGJ-0389/2006
JOINVILLE (4ª CÍVEL)	CGJ-0494/2006
POMERODE	CGJ-0490/2006
RIO NEGRINHO	CGJ-0623/2006
TROMBUDO CENTRAL	CGJ-0542/2006
URUSSANGA	CGJ-0541/2006

QUADRO 2 – INSPEÇÕES EXTRAJUDICIAIS

COMARCA/MUNICÍPIO	EXTRAJUDICIAL
MARACAJÁ (Escrivania de Paz)	CGJ-0092/2006
BALNEÁRIO CAMBORIÚ * (2º Tabelionato de Notas)	CGJ-0162/2006
BALNEÁRIO CAMBORIÚ * (1º Tabelionato de Notas)	CGJ-0163/2006
BALNEÁRIO CAMBORIÚ (Registro Civil)	CGJ-0379/2006
BALNEÁRIO CAMBORIÚ (1º Ofício de Registro de Imóveis)	CGJ-0384/2006
BARRA VELHA * (Escrivania de Paz de São João do Itaperiú)	CGJ-0060/2006
BARRA VELHA (Tabelionato de Notas)	CGJ-0061/2006
BARRA VELHA * (Registro Civil)	CGJ-0071/2006
BARRA VELHA * (Registro de Imóveis)	CGJ-0079/2006
BRAÇO DO NORTE * (Escrivania de paz de Rio Fortuna)	CGJ-0109/2006
BRAÇO DO NORTE * (Escrivania de Paz de São Ludgero)	CGJ-0519/2006
BRAÇO DO NORTE (Registro Civil)	CGJ-0533/2006
BRAÇO DO NORTE (Tabelionato de Notas)	CGJ-0535/2006
CAPITAL * (Escrivania de Paz do Distrito de Santo Antônio de Lisboa)	CGJ-0147/2006
CAPITAL (Escrivania de Paz do Estreito)	CGJ-0197/2006
CAPITAL * (Escrivania de Paz do Distrito do Ribeirão da Ilha)	CGJ-0241/2006
CAPITAL * (Escrivania de Paz do Distrito do Saco dos Limões)	CGJ-0242/2006
CAPITAL (1º Tabelionato de Notas)	CGJ-0269/2006
CAPITAL (2º Ofício de Registro de Imóveis)	CGJ-0305/2006
CAPITAL (Escrivania de Paz do distrito de Canasvieiras)	CGJ-0349/2006
CAPITAL (Escrivania de Paz do Distrito de Rationes)	CGJ-0430/2006
CAPITAL (Escrivania de Paz do Distrito de Ingleses)	CGJ-0431/2006
CAPITAL (4º Tabelionato de Notas)	CGJ-0622/2006
CAPITAL (Escrivania de Paz do Distrito do Pântano do Sul)	CGJ-0626/2006
CAPITAL (3º Tabelionato de Notas)	CGJ-0627/2006
CHAPECÓ (Escrivania de Paz do distrito de Marechal Bormann)	CGJ-0277/2006
GUARAMIRIM (Registro Civil)	CGJ-0112/2006
GUARAMIRIM (Escrivania de Paz do Município de Massaranduba)	CGJ-0081/2006
ITAJAÍ (1º Ofício de Registro de Imóveis)	CGJ-0596/2006
ITAJAÍ (2º Tabelionato de Notas)	CGJ-0614/2006
JARAGUÁ DO SUL (Escrivania de Paz do Município de Corupá)	CGJ-0113/2006
JARAGUÁ DO SUL * (Tabelionato de Notas)	CGJ-0114/2006

JARAGUÁ DO SUL (Registro Civil)	CGJ-0556/2006
JOINVILLE * (Escrivania de Paz do Distrito de Boa Vista)	CGJ-0249/2006
JOINVILLE (1º Ofício de Registro de Imóveis)	CGJ-0252/2006
LAGES (1º Ofício de Registro de Imóveis)	CGJ-0320/2006
LAGES (4º Tabelionato de Notas)	CGJ-0351/2006
LAGUNA (Registro de Imóveis)	CGJ-0363/2006
LAGUNA (Escrivania de Paz do Distrito de Ribeirão Pequeno)	CGJ-0364/2006
LAGUNA (Registro Civil de Laguna)	CGJ-0365/2006
LAGUNA (Escrivania de Paz do Distrito de Pescaria Brava)	CGJ-0367/2006
LAGES * (2º Tabelionato de Notas)	PROC. ADM. PORT. 041/2006
FORQUILHINHA	PROC. ADM. PORT. 035/2006
SANTA ROSA DO SUL	PROC. ADM. PORT. 008/2006
LAGUNA (Tabelionato de Notas)	CGJ-0368/2006
PALHOÇA (Tabelionato de Notas)	CGJ-0299/2006
PALHOÇA (Registro Civil)	CGJ-0300/2006
PALHOÇA (Ofício de Registro de Imóveis)	CGJ-0304/2006
PIÇARRAS * (Escrivania de Paz do Município de Penha)	CGJ-0211/2006
PIÇARRAS * (Ofício de Registro de Imóveis)	CGJ-0215/2006
SÃO BENTO DO SUL (Escrivania de Paz de Campo Alegre)	CGJ-0694/2006
SÃO CARLOS (Registro de Imóveis)	CGJ-0557/2006
SÃO CARLOS (Tabelionato de Notas)	CGJ-0564/2006
SEARA (Ofício de Registro de Imóveis)	CGJ-0275/2006
SEARA PROC. ADM. PORT. 0037/2006	CGJ-0276/2006
TAIÓ (Escrivania de Paz de Mirim Doce) * Vacância	CGJ-0213/2006
TAIÓ (2º Tabelionato de Notas)	CGJ-0402/2006
TAIÓ (1º Tabelionato de Notas)	CGJ-0405/2006
TUBARÃO (Ofício de Protesto)	CGJ-0460/2006
TUBARÃO (2º Ofício de Registro de Imóveis)	CGJ-0462/2006
TUBARÃO (2º Tabelionato de Notas)	CGJ-0463/2006
URUBICI (Tabelionato de Notas)	CGJ-0420/2006
PORTO BELO (Tabelionato de Notas)	CGJ-0672/2006
GARUVA (Registro Civil)	CGJ-0649/2006
GARUVA (Tabelionato de Notas)	CGJ-0653/2006
GAROPABA (Escrivania de Paz de Paulo Lopes)	CGJ-0205/2006

ARMAZEM (Escrivania de Paz de São Martinho)	CGJ-0108/2006
SANTA ROSA DO SUL (Tabelionato de Notas)	CGJ-0143/2006

(*) Serventias em que foram realizadas inspeções de retorno para verificação do cumprimento das determinações efetivadas pela equipe correicional.

QUADRO 3 – INSPEÇÕES VIRTUAIS REALIZADAS

Comarca/Vara	*Rel. 01	*Rel. 02	*Rel. 03	*Rel. 04	*Rel. 05	TOTAL
1. Abelardo Luz	3	14	10	6	57	90
2. Anchieta	0	5	0	0	23	28
3. Anita Garibaldi	1	7	0	2	9	19
4. Araquari	2	4	13	40	473	532
5. Araranguá – 1ª Vara Cível	132	12	24	12	-	180
6. Araranguá – 2ª Vara Cível	63	44	27	311	-	445
7. Araranguá – Vara Criminal	101	337	37	563	-	1.038
8. Armazém	3	9	0	81	132	225
9. Ascurra	4	26	28	6	102	166
10. Bal. Camboriú – 1ª Vara Cível	156	65	22	79	-	322
11. Bal. Camboriú – 1ª Vara Criminal	89	0	56	19	-	164
12. Bal. Camboriú – 2ª Vara Cível	205	90	152	6	-	453
13. Bal. Camboriú – 2ª Vara Criminal	10	26	37	29	-	102
14. Bal. Camboriú – 3ª Vara Cível	11	4	29	2	-	46
15. Bal. Camboriú – Vara da Família-IJ	14	96	9	163	-	282
16. Bal. Camboriú – Vara da Fazenda	220	114	121	266	-	721
17. Bal. Camboriú – Juizado Esp. Cível	74	68	24	189	-	355
18. Bal. Camb. – Juizado Esp. Criminal	3	1	12	8	-	24
19. Barra Velha	6	7	17	43	108	181
20. Biguaçu – 1ª Vara	4	6	3	2	-	15
21. Biguaçu – 2ª Vara	89	74	43	182	-	388
22. Blumenau – 1ª Cível	7	12	11	16	113	159
23. Blumenau – 1ª Criminal	6	7	13	748	3	777
24. Blumenau – 1ª Família	2	6	1	29	81	119
25. Blumenau – 2ª Cível	4	15	3	14	37	73
26. Blumenau – 2ª Criminal	66	59	81	652	3	861
27. Blumenau – 2ª Família	0	3	0	18	115	136
28. Blumenau – 3ª Cível	0	36	1	2	63	102
29. Blumenau – 4ª Cível	4	14	1	6	124	149
30. Blumenau – 5ª Cível	9	1	0	1	21	32
31. Blumenau – Fazenda Pública	107	65	111	34	3311	3.628
32. Blumenau – Infância e Juventude	0	1	3	0	0	4
33. Blumenau – Juizado Esp. Cível	11	9	10	9	98	137
34. Blumenau – Juizado Esp. Crim.	2	4	27	1	1	35
35. Blumenau – Unid. FURB	4	0	0	39	15	58
36. Bom Retiro	16	17	19	14	250	316
37. Braço do Norte – 1ª Vara	10	31	20	15	438	514
38. Braço do Norte – 2ª Vara	1	0	0	1	18	20
39. Brusque – 1ª Vara Cível	1	7	2	3	427	440
40. Brusque – 2ª Vara Cível	3	16	4	1	499	523
41. Brusque – 3ª Vara Cível	0	0	1	3	235	239
42. Brusque – Vara Criminal	15	16	4	8	14	57
43. Caçador – 1ª Vara	3	11	25	20	-	59
44. Caçador – 2ª Vara	5	56	3	30	-	94
45. Camboriú	27	43	138	167	240	615
46. Campo Belo do Sul	0	8	6	8	63	85

47. Campo Erê	1	14	26	37	20	98
48. Campos Novos – 1ª Vara	3	16	102	8	-	129
49. Campos Novos – 2ª Vara	3	6	2	25	-	36
50. Canoinhas – 1ª Vara	13	35	23	192	-	263
51. Canoinhas – 2ª Vara	112	32	27	326	-	497
52. Capinzal	29	40	14	70	372	525
53. Capital – 1ª Vara Criminal	-	-	-	12	-	12
54. Capital – 1ª Vara da Família	-	-	-	624	-	624
55. Capital – 1ª Vara da Faz. Pública	-	-	-	9	-	9
56. Capital – 2ª Vara da Família	-	-	-	19	-	19
57. Capital – 2ª Vara Criminal	-	-	-	23	-	23
58. Capital – 3ª Vara Criminal	-	-	-	31	-	31
59. Capital – 4ª Vara Criminal	-	-	-	6	-	6
60. Continente – Vara Criminal	-	-	-	278	-	278
61. Continente – Vara da Família	-	-	-	65	-	65
62. Capital – Exec. Fiscal do Estado	-	-	-	1	-	1
63. Capital – Exec. Fiscal do Mun.	-	-	-	52	-	52
64. Capital – Foro Norte da Ilha	-	-	-	37	-	37
65. Capital – Juizado Especial Cível	-	-	-	240	-	240
66. Capital – Juizado Especial Criminal	-	-	-	253	-	253
67. Capital – Un. de Direito Bancário	-	-	-	17	-	17
68. Capital – Un. Sucessões e Reg. Pub.	8	0	0	1	554	563
69. Capital-Vara da Infância e Juventude	-	-	-	159	-	159
70. Capital – Vara de Precatórias	-	-	-	58	-	58
71. Capivari de Baixo	11	19	5	27	225	287
72. Catanduvas	1	6	4	1	21	33
73. Chapecó – 1ª Vara Cível	1	20	0	6	69	96
74. Chapecó – 1ª Vara Criminal	87	11	20	32	12	162
75. Chapecó – 2ª Vara Cível	0	5	3	2	53	63
76. Chapecó – 2ª Vara Criminal	15	5	60	31	14	125
77. Chapecó – 3ª Vara Cível	1	4	0	5	45	55
78. Chapecó – 3ª Vara Criminal	1	1	12	10	5	29
79. Chapecó – Juizado Esp. Cível	0	6	1	3	23	33
80. Chapecó – Vara da Família	1	33	2	59	61	156
81. Chapecó – Vara da Fazenda	12	9	4	99	129	253
82. Chapecó – Juizado Esp. Criminal	0	2	3	7	0	12
83. Concórdia – 1ª Vara Cível	4	10	0	2	129	145
84. Concórdia – 2ª Vara Cível	13	8	6	34	328	389
85. Concórdia – Vara Criminal	14	65	18	59	9	165
86. Coronel Freitas	53	5	57	1	17	133
87. Correia Pinto	8	34	7	2	126	177
88. Criciúma – 1ª Vara Cível	2	17	6	47	165	237
89. Criciúma – 1ª Vara Criminal	24	69	66	12	1	172
90. Criciúma – 2ª Vara Cível	1	31	0	1	83	116
91. Criciúma – 2ª Vara Criminal	8	33	40	24	1	106
92. Criciúma – 3ª Vara Cível	26	37	6	27	72	168
93. Criciúma – Juizado Esp. Cível	32	2	2	11	27	74
94. Criciúma – Vara da Família	12	72	2	201	67	354
95. Criciúma – Vara da Fazenda	7	77	11	131	1658	1.884
96. Criciúma – Vara da Infância e Juv.	0	0	0	0	20	20

97. Cunha Porã	1	25	0	0	19	45
98. Curitibaanos – 1ª Vara Cível	144	11	31	134	481	801
99. Curitibaanos – 2ª Vara Cível	164	29	34	209	348	784
100. Curitibaanos – Vara Criminal	200	115	70	180	55	620
101. Forquilha	3	0	9	64	180	256
102. Garopaba	13	25	23	64	318	443
103. Herval do Oeste	9	30	14	17	36	106
104. Ipumirim	2	2	0	8	30	42
105. Itá	0	9	7	0	7	23
106. Itajaí – 1ª Vara Cível	42	18	0	1	63	124
107. Itajaí – 1ª Vara Criminal	36	163	103	236	7	545
108. Itajaí – 2ª Vara Cível	52	26	2	126	141	347
109. Itajaí – 2ª Vara Criminal	0	60	124	16	9	209
110. Itajaí – 3ª Vara Cível	57	55	69	268	192	641
111. Itajaí – Juizado Especial Cível	507	14	0	6	16	543
112. Itajaí – Vara da Família	23	103	252	759	314	1.451
113. Itajaí – Vara da Fazenda	10	7	2	2	1476	1.497
114. Itajaí – Vara da Infância e Juventude	5	3	5	5	55	73
115. Itapoá	8	7	62	348	1521	1946
116. Jaraguá do Sul – 1ª Vara Cível	22	16	8	34	-	80
117. Jaraguá do Sul – 2ª Vara Cível	181	63	99	386	-	729
118. Jaraguá do Sul – 3ª Vara Cível	9	0	0	0	-	9
119. Jaraguá do Sul – Juizado Especial	9	4	3	42	-	58
120. Jaraguá do Sul – Vara Criminal	166	56	73	104	-	399
121. Joaçaba – 1ª Vara Cível	2	12	4	7	34	59
122. Joaçaba – 2ª Vara Cível	17	13	31	40	127	228
123. Joaçaba – Vara Criminal	18	46	85	45	12	206
124. Joinville – 1ª Vara Cível	47	67	16	285	863	1.278
125. Joinville – 1ª Vara Criminal	40	102	95	183	38	458
126. Joinville – 1ª Vara da Família	2	4	1	3	122	132
127. Joinville – 1ª Vara da Fazenda	60	7	88	62	81	298
128. Joinville – 2ª Vara Cível	4	33	7	7	77	128
129. Joinville – 2ª Vara Criminal	36	20	31	43	7	137
130. Joinville – 2ª Vara da Família	2	3	1	7	152	165
131. Joinville – 2ª Vara da Fazenda	12	2	23	2	5672	5.711
132. Joinville – 3ª Vara Cível	44	10	5	53	394	506
133. Joinville – 3ª Vara Criminal	4	1	37	23	19	84
134. Joinville – 3ª Vara da Família	0	5	1	8	160	174
135. Joinville – 5ª Vara Cível	4	4	4	1	216	229
136. Joinville – Juizado Especial Cível	20	7	10	32	212	281
137. Lages – 1ª Vara Cível	6	49	33	113	40	241
138. Lages – 1ª Vara Criminal	1	13	15	106	9	144
139. Lages – 2ª Vara Cível	14	5	119	7	66	211
140. Lages – 2ª Vara Criminal	8	10	20	28	6	72
141. Lages – 3ª Vara Cível	50	25	5	1	93	174
142. Lages – 3ª Vara Criminal	2	17	73	22	4	118
143. Lages – 4ª Vara Cível	0	49	5	4	24	82
144. Lages – Juizado Esp. Cível	0	2	1	7	27	37
145. Lages – Vara da Família	9	8	30	333	161	541
146. Lages – Vara da Fazenda	1	7	10	74	1394	1.486
147. Laguna – 1ª Vara Cível	18	26	221	212	-	477
148. Laguna – 2ª Vara Cível	15	74	350	1515	-	1.954

149. Laguna – Vara Criminal	6	2	0	6	-	14
150. Mafra – 1ª Vara	1	34	20	4	-	59
151. Mafra – 2ª Vara	8	19	14	7	-	48
152. Modelo	2	4	1	6	14	27
153. Navegantes	255	21	193	113	1238	1.820
154. Porto União – 1ª Vara	5	62	7	53	-	127
155. Porto União – 2ª Vara	72	21	33	11	-	137
156. Presidente Getúlio	15	9	19	13	156	212
157. Rio do Campo	7	5	2	0	8	22
158. Rio do Sul – 1ª Vara	12	3	5	4	214	238
159. Rio do Sul – 2ª Vara	2	10	49	18	164	243
160. Rio do Sul – 3ª Vara	15	8	3	4	835	865
161. Rio do Sul – Vara Criminal	9	32	37	0	26	104
162. Santa Rosa do Sul	1	19	0	1	1719	1.740
163. São Bento do Sul – 1ª Vara	98	37	13	176	-	324
164. São Bento do Sul – 2ª Vara	37	5	0	16	-	58
165. São Francisco do Sul – 1ª Vara	41	19	46	51	-	157
166. São Francisco do Sul – 2ª Vara	109	22	91	1426	-	1.648
167. São Joaquim – 1ª Vara	3	17	7	68	-	95
168. São Joaquim – 2ª Vara	2	16	3	47	-	68
169. São José – 1ª Vara Cível	4	16	2	13	-	35
170. São José – 2ª Vara Cível	317	8	5	3	-	333
171. São José – Execução Penal	0	0	105	4	-	109
172. São José – Juizado Esp. Cível	127	4	2	12	-	145
173. São José – Juizado Esp. Crim.	10	8	6	2	-	26
174. São José – Vara Criminal	41	206	28	117	-	392
175. São José – Vara da Inf. E Juv.	5	6	9	11	-	31
176. São José – Vara Fazenda Púb.	155	2	60	82	-	299
177. São M. do Oeste – 1ª Vara	1	7	8	0	-	16
178. São M. do Oeste – 2ª Vara	7	14	4	16	-	41
179. Tijucas	7	26	20	60	-	113
180. Timbó – 1ª Vara	67	16	16	4	-	103
181. Timbó – 2ª Vara	31	13	5	272	-	321
182. Tubarão – 1ª Vara Cível	199	22	608	70	220	1.119
183. Tubarão – 2ª Vara Cível	13	24	4	46	60	147
184. Tubarão – 3ª Vara Cível	1	6	0	1	38	46
185. Tubarão – Juizado Esp. Cível	2	5	0	2	45	54
186. Tubarão – Juizado Esp. Criminal	4	5	58	123	0	190
187. Tubarão – Unid. Coop. UNISUL	0	1	8	65	11	85
188. Tubarão – Vara Criminal	156	122	55	144	37	514
189. Tubarão – Vara da Família	29	3	12	9	56	109
190. Tubarão – Vara da Fazenda	55	11	79	66	1695	1.906
191. Videira – 1ª Vara	4	30	22	15	-	71
192. Videira – 2ª Vara	13	24	92	4	-	133
193. Xanxerê – 1ª Vara	9	9	0	1	-	19
194. Xanxerê – 2ª Vara	6	24	4	31	-	65
TOTAL DE PROCESSOS	6.058	4.609	5.743	16.654	33.193	66.257
TOTAL DE PROCESSOS SUJEITOS A BAIXA						33.064
TOTAL DE UNIDADES INSPECIONADAS						194

***Legenda dos Relatórios Enviados**

Rel. 01 – Recursos Ativos cujos Principais foram reabertos

Rel. 02 – Processos Dependentes Ativos cujos Principais foram Baixados

Rel. 03 – Autos Devolvidos à Origem ou Entregues à Parte

Rel. 04 – Processos Ativos Localizados na Sala de Arquivo

Rel. 05 – Movimento Carga ao Advogado ou Local Físico Advogado.

**QUADRO 4 – ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS
(DIVISÃO ADMINISTRATIVA)**

MES	JAN.	FEV.	MAR.	ABR.	MAIO	JUN.	JUL.	AGO.	SET.	OUT.	NOV.	DEZ.	TOTAL
ATIVIDADE													
Ofícios expedidos	315	180	312	248	300	264	245	285	222	303	270		2944
Ofícios recebidos	264	270	511	494	569	422	450	503	503	493	355		4834
Circulares	9	2	2	2	4	0	3	3	1	2	2		30
Portarias	1	2	0	2	3	7	6	4	7	4	5		41
Provimentos	3	1	0	0	3	0	0	0	1	0	4		12
Processos autuados	47	34	65	56	67	76	41	85	69	81	69		690
Processos encerrados	42	27	44	45	38	52	27	47	32	27	8		389
Processos ativos	5	7	21	11	29	24	14	38	37	54	61		301
Processos digitalizados	104	73	167	98	33	18	0	11	3	38	10		555
Ofícios Circulares	5	9	9	11	11	6	8	9	7	12	3		90

**QUADRO 5 – ACOMPANHAMENTO DOS SELOS DE FISCALIZAÇÃO
(DIVISÃO ADMINISTRATIVA)**

MÊS	SELOS ISENTOS	SELOS NORMAIS	SELOS EMERGENCIAIS	SELOS NORMAIS DE 2 ATOS	SELOS NORMAIS DE 4 ATOS	SELOS EMERGENCIAIS DE 2 ATOS	SELOS EMERGENCIAIS DE 4 ATOS	SELOS ISENTOS DE 2 ATOS	TOTAL
JAN.	531.168	580.032	74.496	9.504	1.536	0	0	3.840	1.200.576
FEV.	491.712	648.096	51.168	8.640	672	0	0	4.320	1.204.608
MAR.	605.856	800.832	76.032	15.216	1.824	0	0	5.760	1.505.520
ABR.	511.200	649.584	50.304	9.888	2.208	0	0	3.120	1.226.304
MAIO	594.480	795.024	61.584	13.152	2.064	144	144	5.040	1.471.632
JUN.	572.400	725.520	34.080	10.320	1.296	0	0	6.480	1.350.096
JUL.	610.128	813.312	73.248	15.888	960	0	0	3.840	1.517.376
AGO.	647.808	811.536	63.840	16.224	2.160	0	0	3.840	1.545.408
SET.	591.504	747.792	82.224	9504	1.824	0	0	5.040	1.437.888
OUT.	547.008	756.672	50.208	16.608	1.824	1.008	0	3.360	1.376.688
NOV.	662.544	828.624	88.944	19056	288	0	144	8.880	1.608.480
DEZ.									0
TOTAL	6.365.808	8.157.024	706.128	144.000	16.656	1.152	288	53.520	15.444.576

**QUADRO 6 – RESSARCIMENTOS
(DIVISÃO ADMINISTRATIVA)**

MÊS	NASCIMENTOS	ÓBITOS	TOTAL DE ATOS	VALOR RESSARCIMENTO	QUANTIDADE DE CARTÓRIOS
JAN.	8235	2663	10898	R\$ 258.282,60	197
FEV.	6723	2160	8883	R\$ 210.527,10	190
MAR.	7385	2192	9577	R\$ 226.974,90	186
ABR.	8468	2834	11302	R\$ 267.857,40	189
MAIO	7912	2769	10681	R\$ 253.139,70	195
JUN.	7775	3019	10794	R\$ 255.817,18	186
JUL.	7608	2948	10556	R\$ 250.177,20	188
AGO.	7357	2884	10241	R\$ 242.711,70	180
SET.	7998	2753	10751	R\$ 254.798,70	189
OUT.	6895	2320	9215	R\$ 218.395,50	188
NOV.					
DEZ.					
TOTAL	76356	26542	102898	R\$ 2.438.681,98	1888

**QUADRO 7 – MOVIMENTO FORENSE DA JUSTIÇA DO PRIMEIRO GRAU
(DIVISÃO JUDICIÁRIA)**

Ano	Processos Iniciados	Execuções Fiscais Mun/Est/ Fed Iniciadas	Iniciados sem Execuções	Processos Encerrados	Execuções Fiscais Mun/Est/Fed encerradas	Encerrados sem Execuções	Processos Julgados	Execuções Fiscais Mun/Est/Fed Julgadas	Julgados sem Execuções	Em Andamento final do ano	Execuções Fiscais Mun/Est/Fed Andamento	Em Andamento Sem Execuções
2000	464.945	69.436	395.509	377.205	61.736	315.469	305.556	64.570	240.986	839.081	275.897	563.184
2001	542.599	116.352	426.247	412.812	51.785	361.027	302.947	46.747	256.200	987.981	328.167	659.814
2002	616.933	135.412	481.521	514.959	84.123	430.836	378.885	86.175	292.710	1.114.686	381.478	733.208
2003*	667.280	142.118	525.162	550.014	89.987	460.027	385.996	70.788	315.208	1.408.976	513.020	895.956
2004	714.434	136.602	577.832	565.341	81.688	483.653	412.680	77.236	335.444	1.634.389	586.379	1.048.010
2005	704.333	101.933	602.400	648.175	88.502	559.673	465.628	92.492	373.136	1.722.546	614.827	1.107.719
2006**	768.763	134.184	634.579	746.276	94.103	652.173	535.456	100.697	434.759	1.766.624	649.944	1.116.680

**QUADRO 8 – ANÁLISE DO MOVIMENTO DAS CASAS DA CIDADANIA
(DIVISÃO JUDICIÁRIA)**

COMARCA	CASA DA CIDADANIA	TOTAL DE PROCEDIMENTOS INICIADOS	ACORDOS	ACORDOS EM RELAÇÃO AO TOTAL DE PROCEDIMENTOS
ANCHIETA	ROMELÂNDIA	59	40	68%
ARAQUARI	BALNEÁRIO BARRA DO SUL	133	67	50%
BALNEÁRIO CAMBORIÚ	BALNEÁRIO CAMBORIÚ	139	83	60%
CAMBORIÚ	CAMBORIÚ	318	104	33%
CAMPO BELO DO SUL	CAPÃO ALTO	70	47	67%
CAMPO BELO DO SUL	CERRO NEGRO	102	80	78%
CAMPOS NOVOS	ZORTÉA	174	119	68%
CAPINZAL	IPIRA	182	121	66%
CATANDUVAS	CATANDUVAS	252	201	80%
CATANDUVAS	JABORÁ	25	13	52%
CATANDUVAS	VARGEM BONITA	99	28	28%
CORONEL FREITAS	ÁGUAS FRIAS	21	18	86%
DIONÍSIO CERQUEIRA	PALMA SOLA	75	16	21%
GARUVA	GARUVA	2	1	50%
GASPAR	ILHOTA	50	7	14%
IBIRAMA	JOSÉ BOITEUX	13	7	54%
INDAIAL	INDAIAL	161	63	39%
ITUPORANGA	IMBUIA	33	24	73%

ITUPORANGA	LEOBERTO LEAL	22	11	50%
ITUPORANGA	VIDAL RAMOS	15	6	40%
ITUPORANGA	PETROLÂNDIA	9	4	44%
JOAÇABA	JOAÇABA	43	6	14%
JOAÇABA	TREZE TÍLIAS	50	35	70%
PRES. GETÚLIO	WITMARSUM	64	28	44%
QUILOMBO	FORMOSA DO SUL	22	22	100%
QUILOMBO	IRATI	18	16	89%
RIO DO CAMPO	RIO DO CAMPO	242	124	51%
RIO DO OESTE	RIO DO OESTE	14	11	79%
SANTA CECÍLIA	TIMBÓ GRANDE	47	39	83%
SÃO BENTO DO SUL	CAMPO ALEGRE	231	210	91%
SÃO JOÃO BATISTA	NOVA TRENTO	38	38	100%
TIJUCAS	CANELINHA	9	6	67%
TIJUCAS	TIJUCAS	1034	917	89%
TIMBÓ	BENEDITO NOVO	345	61	18%
TIMBÓ	DOUTOR PEDRINHO	162	50	31%
TIMBÓ	RIO DOS CEDROS	78	48	62%
TIMBÓ	TIMBÓ	259	135	52%
TROMBUDO CENTRAL	POUSO REDONDO	66	36	55%
TOTAIS		4708	2869	61%

**QUADRO 9 – DISQUE-CORREGEDORIA
(FORO EXTRAJUDICIAL)**

Mês	Emolumentos	Normas	Reclamações	Totais
Janeiro	26	31	7	64
Fevereiro	31	27	12	70
Março	55	65	17	137
Abril	37	39	9	85
Maiο	36	32	11	79
Junho	49	32	8	89
Julho	38	36	12	86
Agosto	38	37	12	87
Setembro	42	25	18	85
Outubro	41	48	8	97
Novembro	44	33	6	83
Dezembro	25	13	1	39
TOTAIS	462	418	121	1001

**QUADRO 10 – DISQUE-CORREGEDORIA
(FORO JUDICIAL)**

Mês	Custas	Cálculo Processual	SAJ/CUSTAS	Totais
Janeiro	54	21	7	82
Fevereiro	63	30	18	111
Março	96	49	25	170
Abril	85	35	20	140
Mai	98	42	29	169
Junho	90	54	28	172
Julho	76	39	43	158
Agosto	113	48	36	197
Setembro	97	35	29	161
Outubro	59	29	18	106
Novembro	59	30	19	108
Dezembro	56	18	9	83
TOTAIS	946	430	281	1657

Obs.: os dados do mês de dezembro foram estimados

ANEXO 2 – GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – ACOMPANHAMENTO DE PROVIMENTOS, CIRCULARES, PORTARIAS E OFÍCIOS CIRCULARES (DIVISÃO ADMINISTRATIVA)

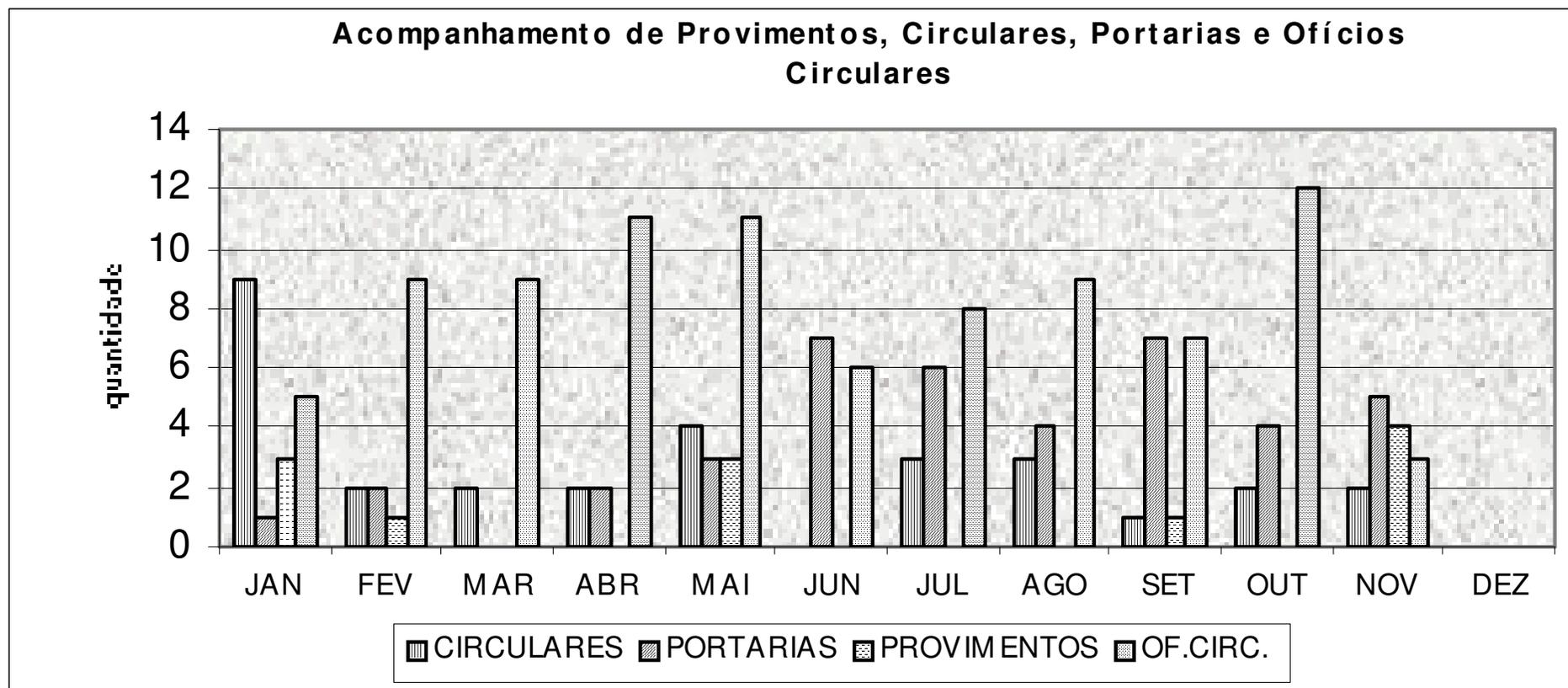


GRÁFICO 2 – AQUISIÇÃO DE SELOS MÚLTIPLOS DE FISCALIZAÇÃO (DIVISÃO ADMINISTRATIVA)

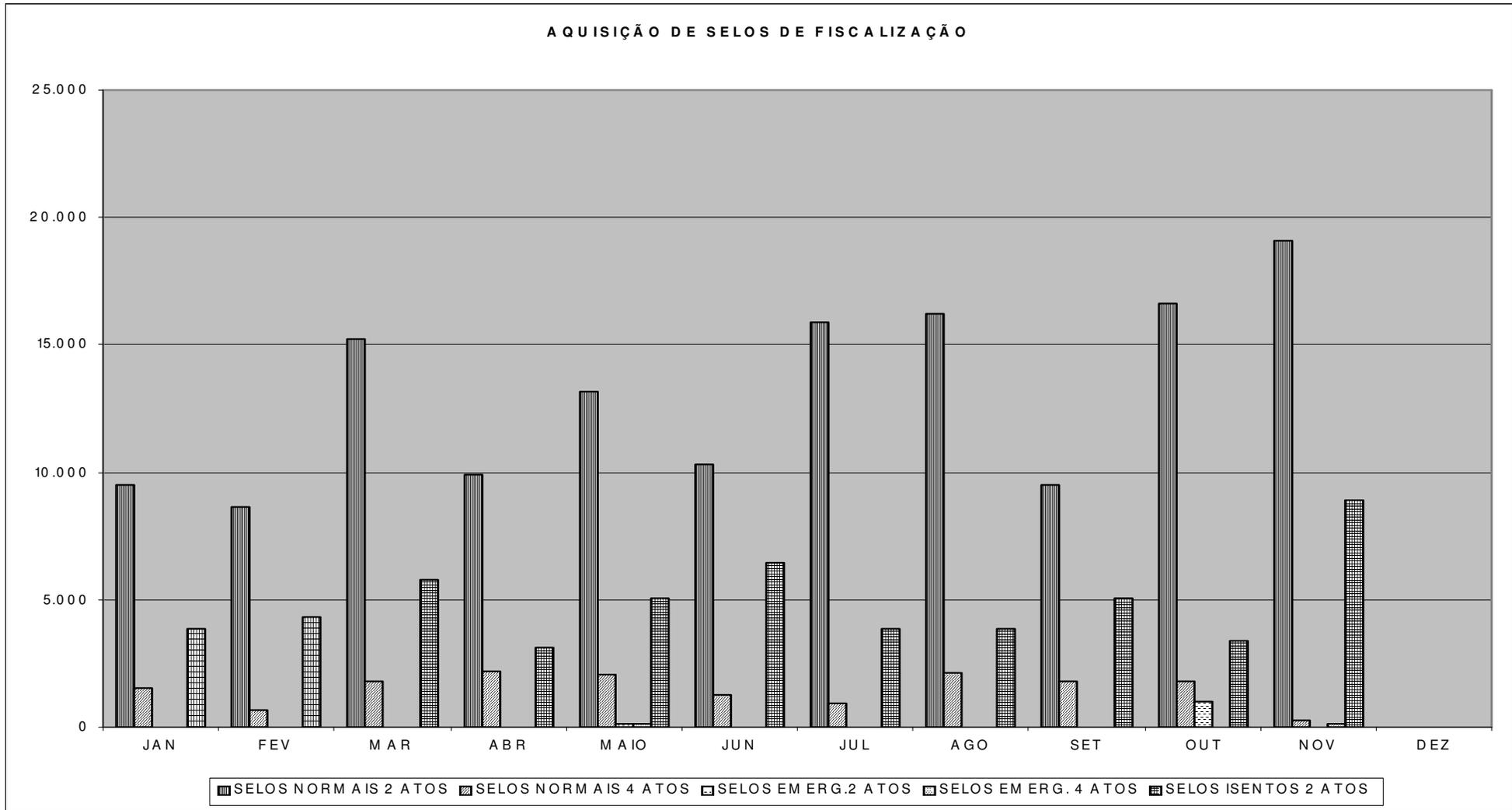


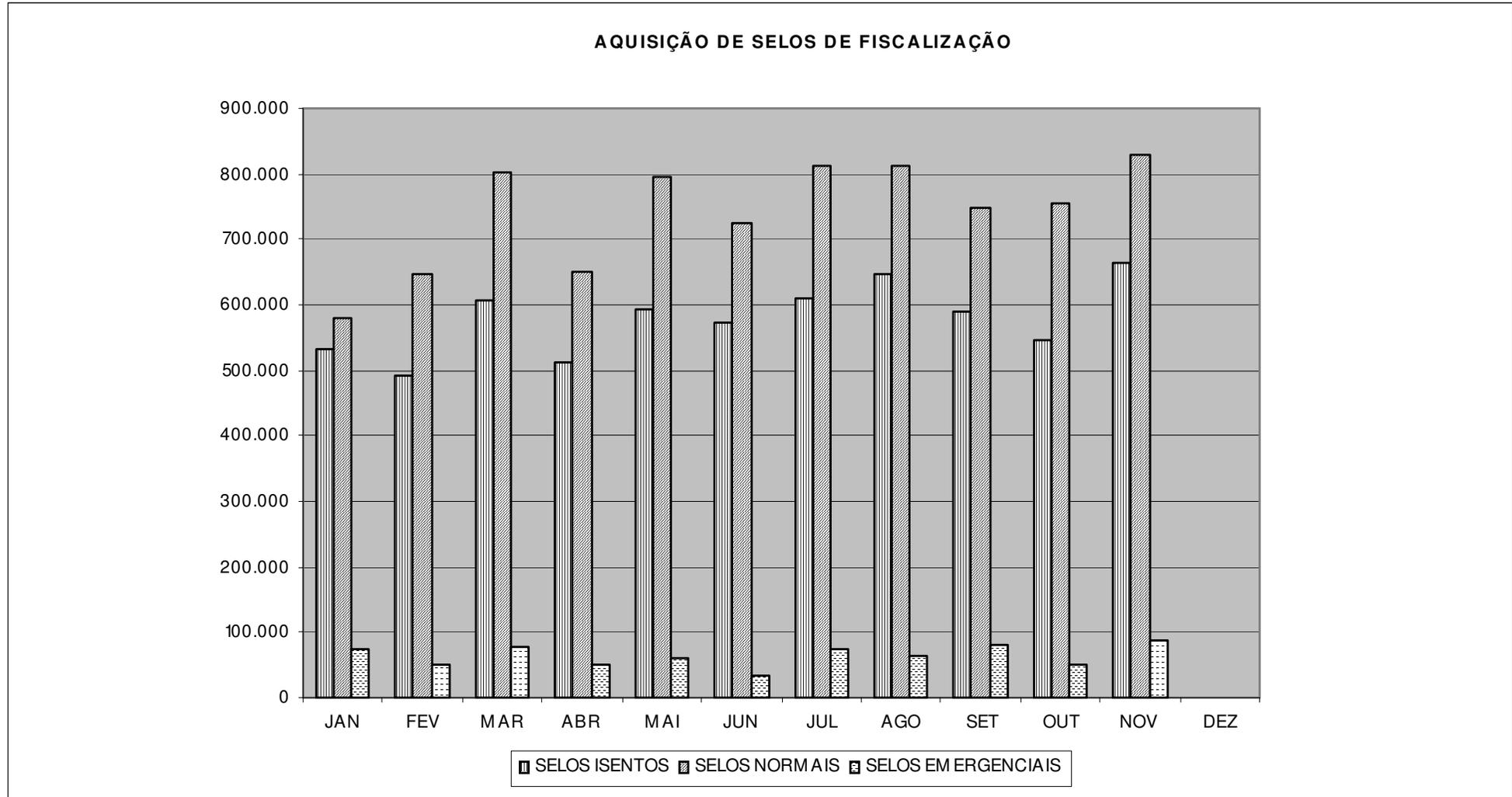
GRÁFICO 3 – AQUISIÇÃO DE SELOS DE FISCALIZAÇÃO (DIVISÃO ADMINISTRATIVA)

GRÁFICO 4 – ACOMPANHAMENTO DOS REGISTROS DE NASCIMENTOS E ÓBITOS (DIVISÃO ADMINISTRATIVA)

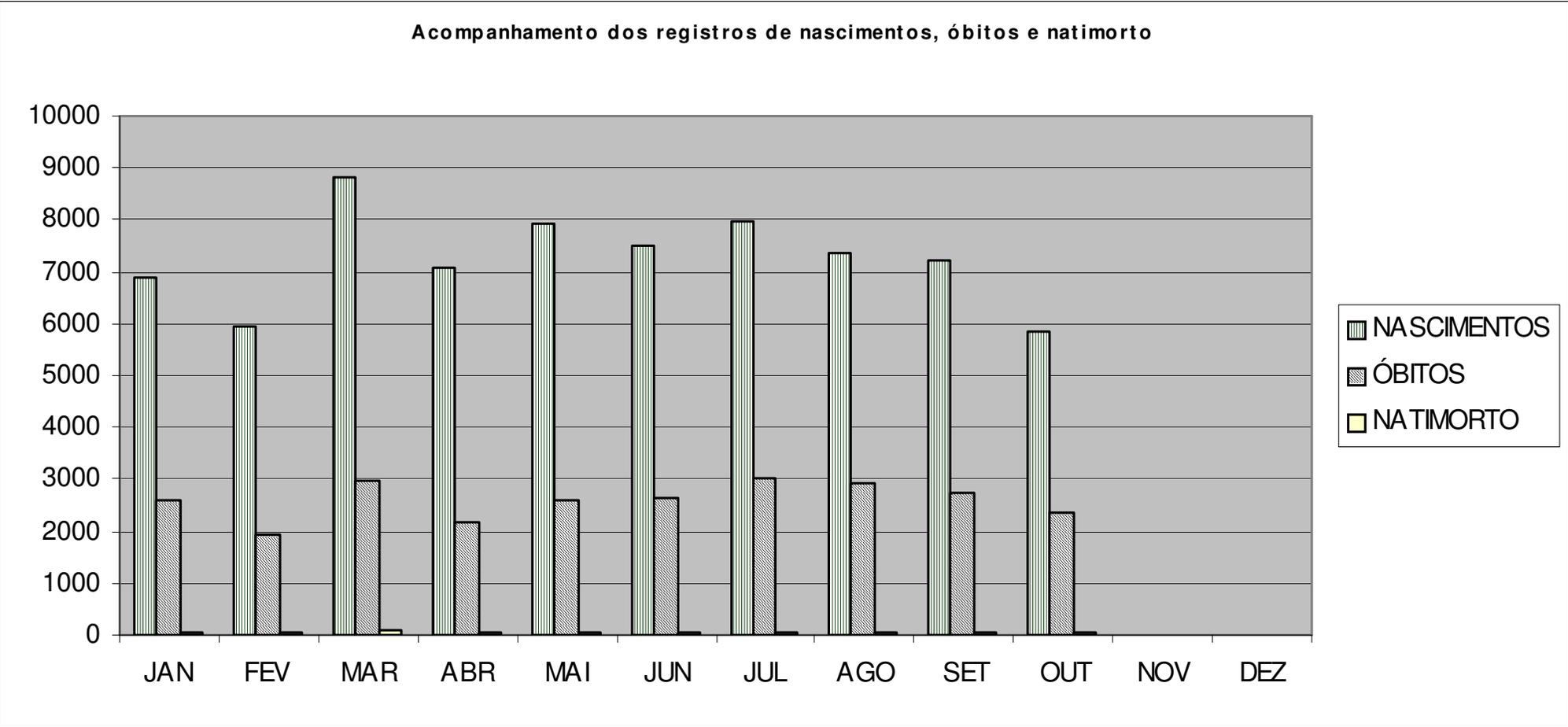


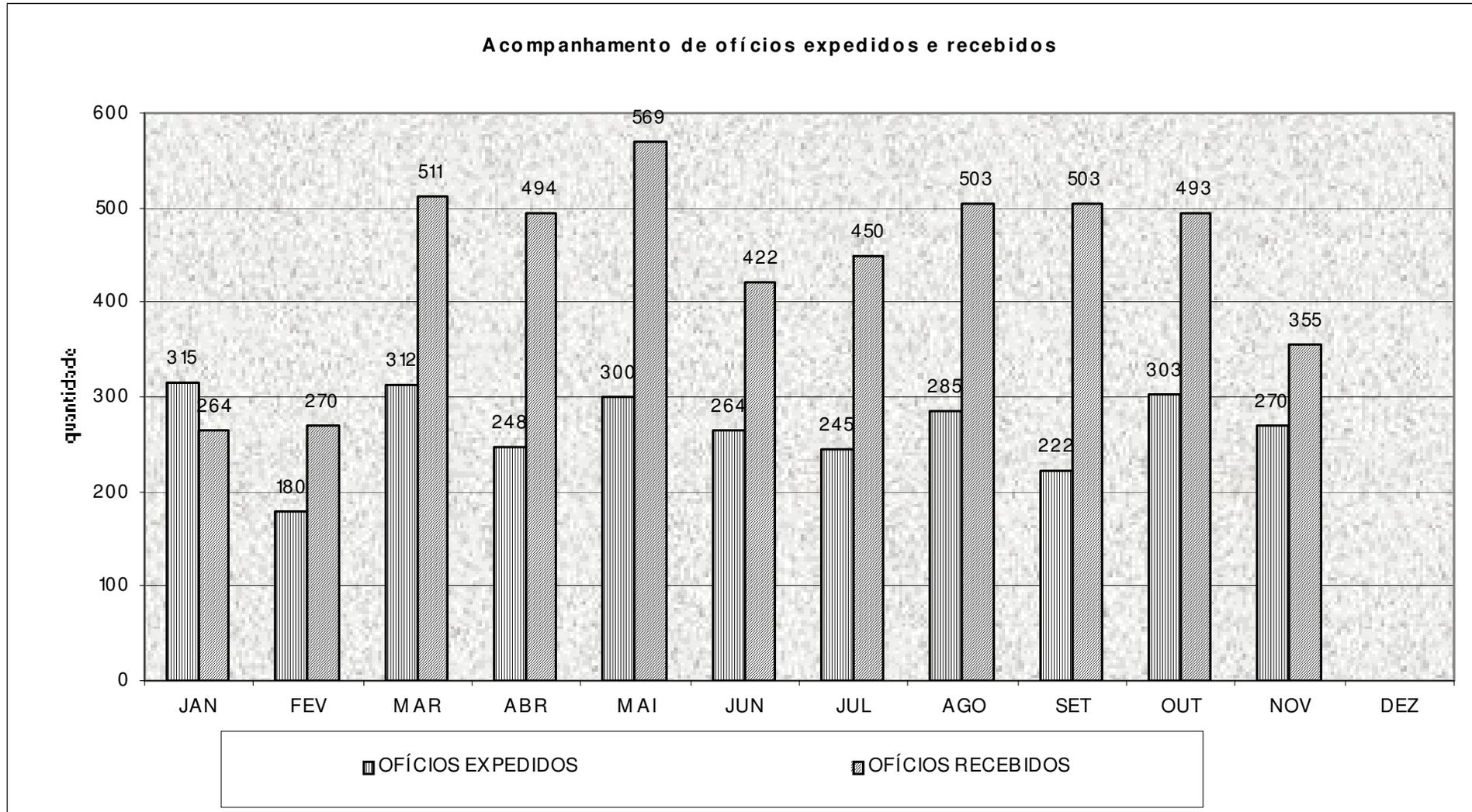
GRÁFICO 5 – ACOMPANHAMENTO DE OFÍCIOS EXPEDIDOS E RECEBIDOS (DIVISÃO ADMINISTRATIVA)

GRÁFICO 6 – ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS (DIVISÃO ADMINISTRATIVA)

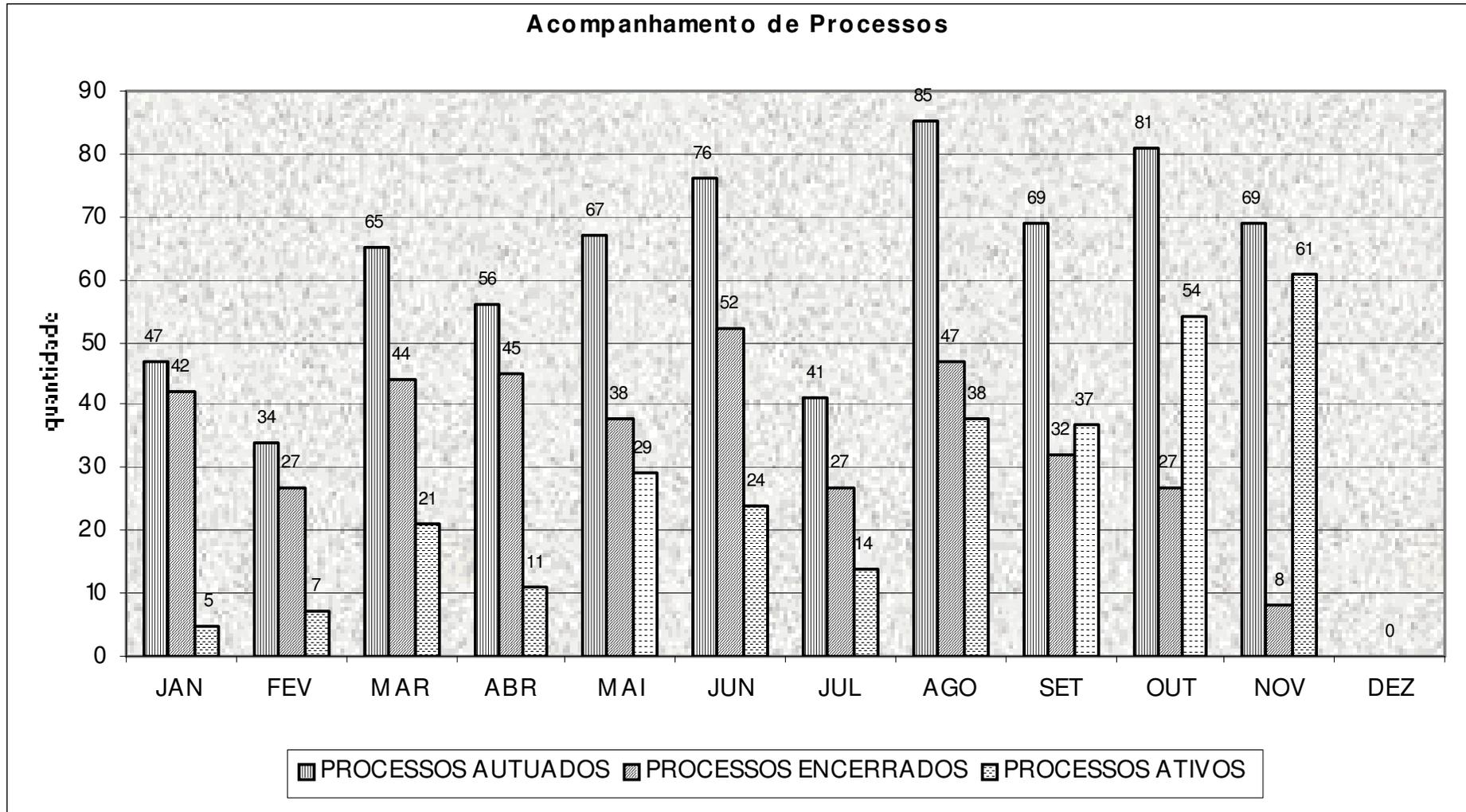


GRÁFICO 7 – ACOMPANHAMENTO DE VALORES PAGOS EM REAL (R\$) AOS CARTÓRIOS – RESSARCIMENTO (DIVISÃO ADMINISTRATIVA)

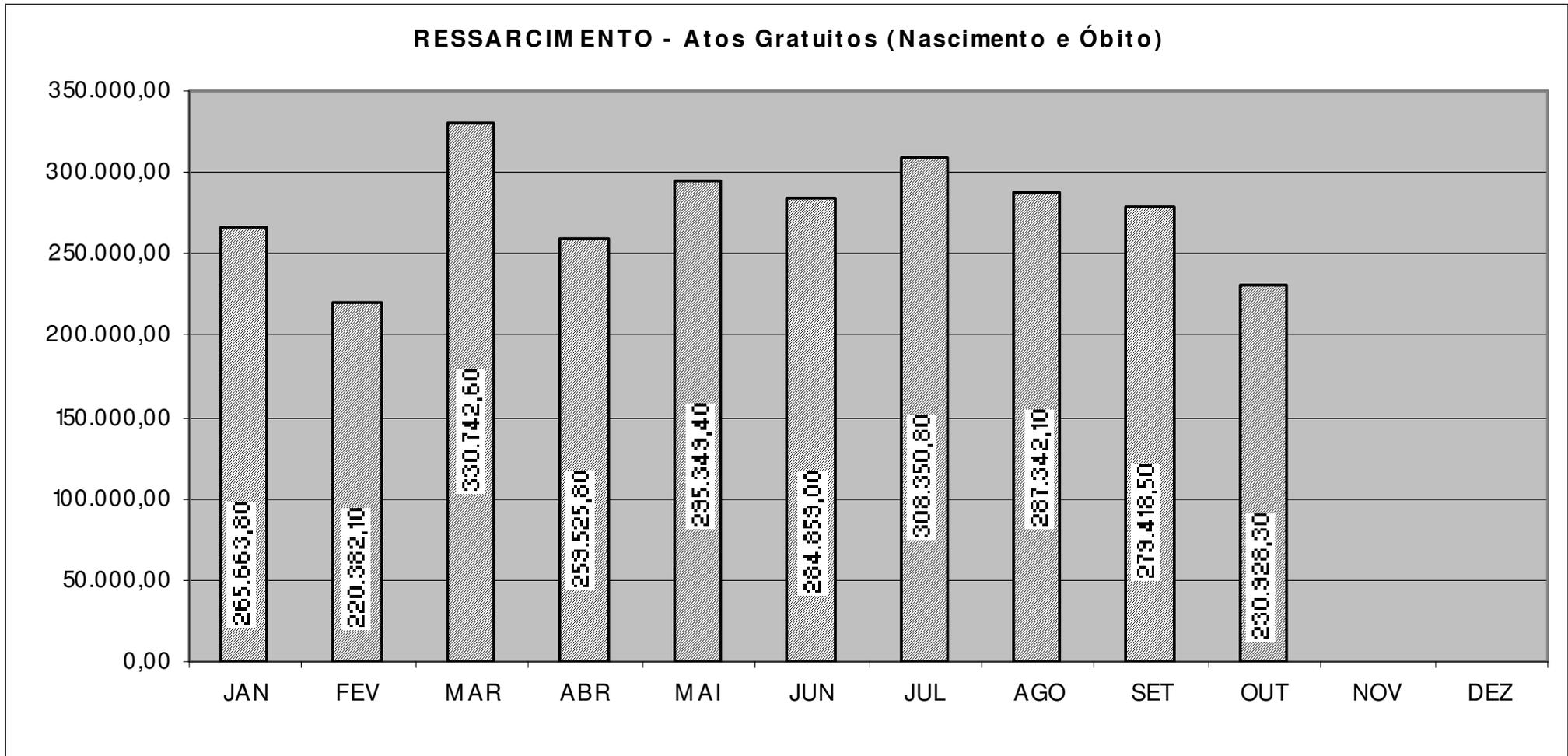
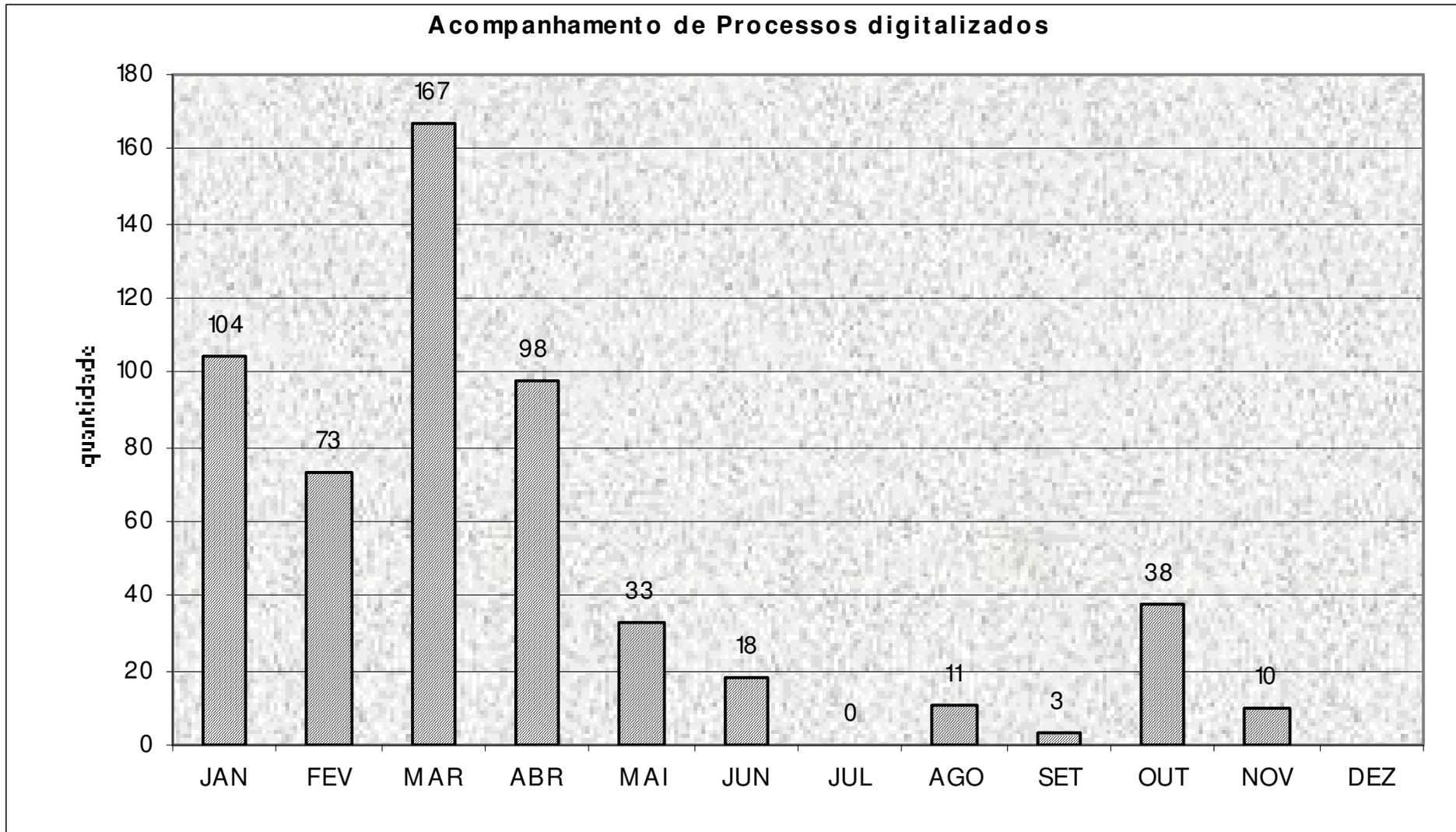
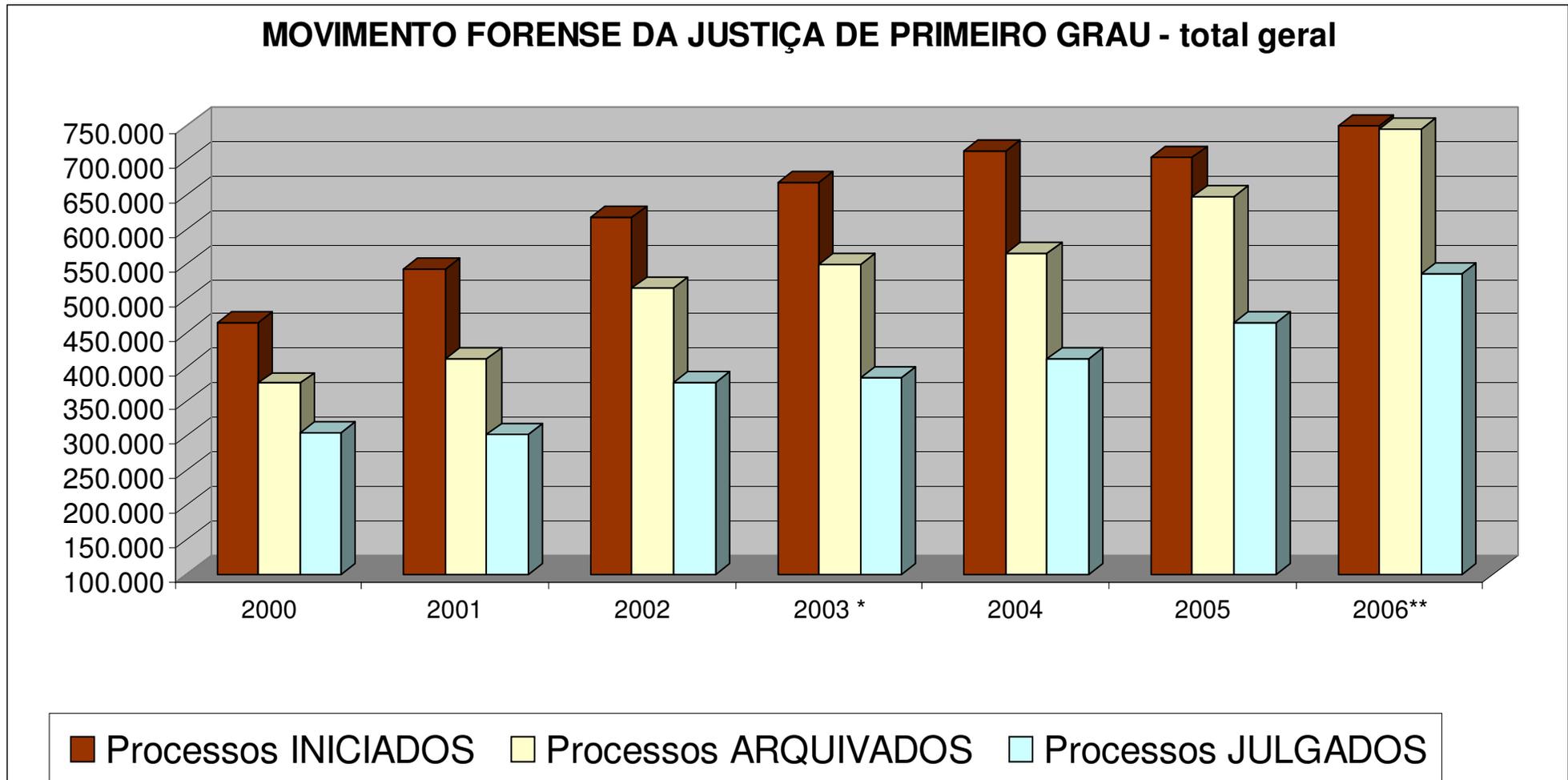


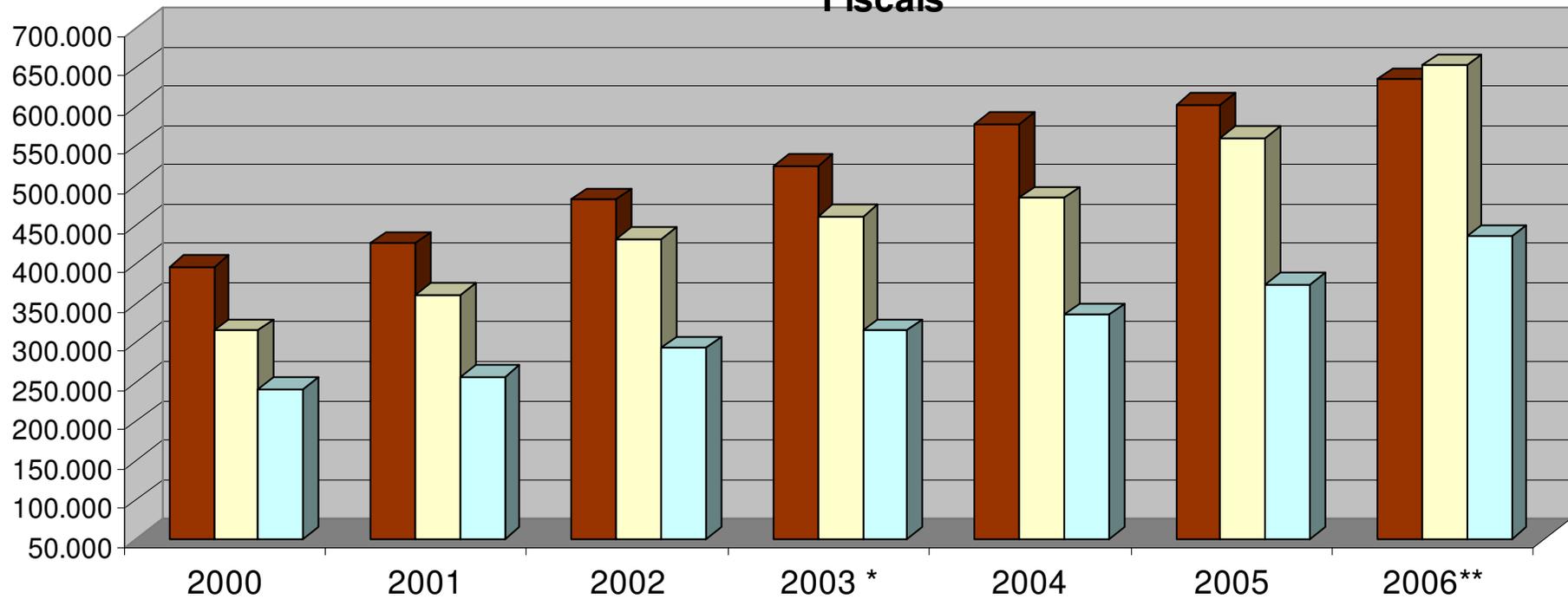
GRÁFICO 8 – ACOMPANHAMENTO DE PROCESSOS DIGITALIZADOS(DIVISÃO ADMINISTRATIVA)

**GRÁFICO 9 – MOVIMENTO FORENSE GERAL DA JUSTIÇA DO PRIMEIRO GRAU - TODOS OS TIPOS DE PROCESSOS
(DIVISÃO JUDICIÁRIA)**



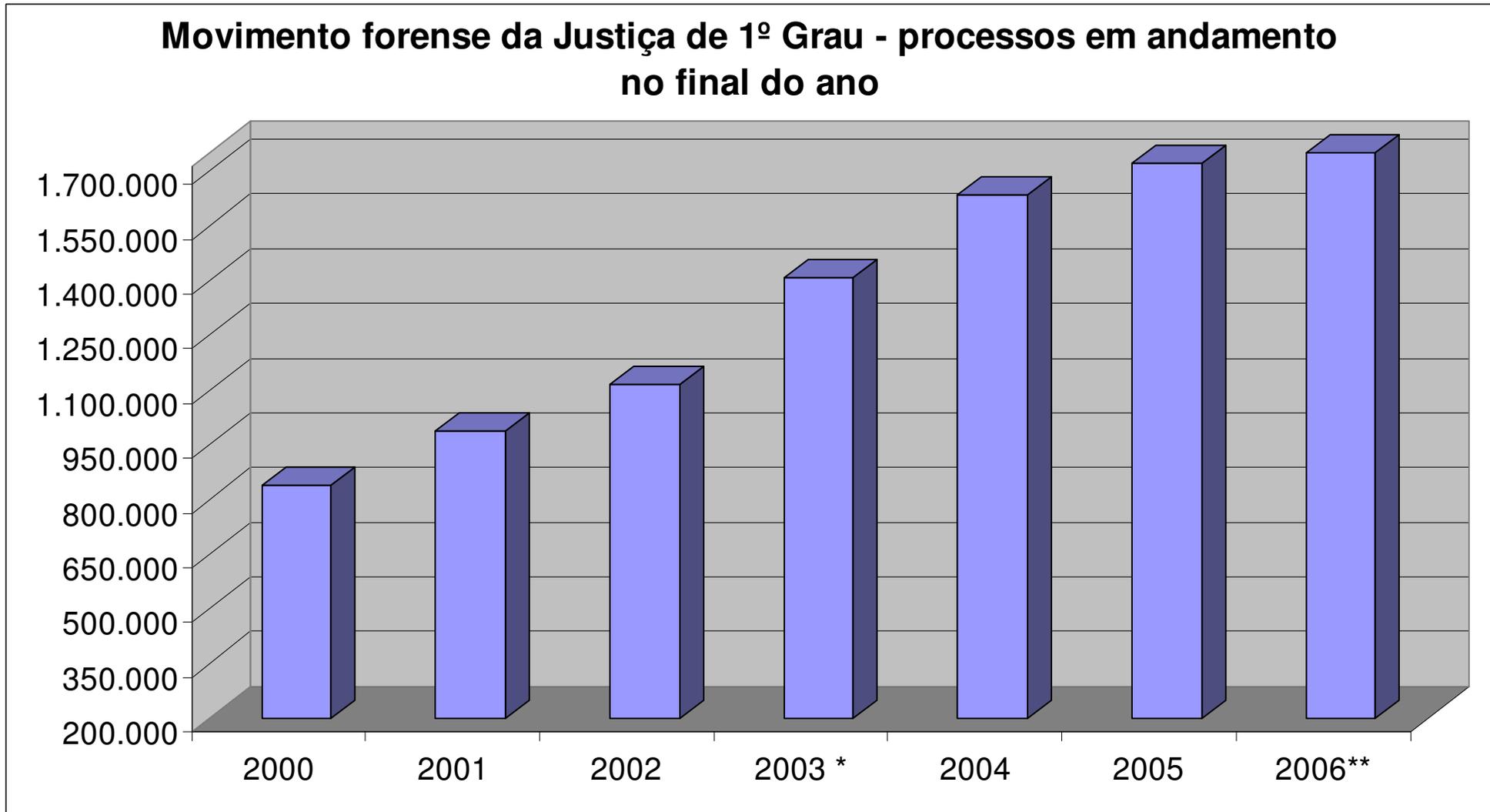
**GRÁFICO 10 – MOVIMENTO FORENSE DA JUSTIÇA DO PRIMEIRO GRAU - SEM EXECUÇÕES FISCAIS
(DIVISÃO JUDICIÁRIA)**

MOVIMENTO FORENSE DA JUSTIÇA DE PRIMEIRO GRAU - sem Execuções Fiscais



■ Iniciados SEM Execuções ■ Encerrados SEM Execuções ■ Julgados SEM Execuções

**GRÁFICO 11 – MOVIMENTO FORENSE DA JUSTIÇA DO PRIMEIRO GRAU
PROCESSOS EM ANDAMENTO NO FINAL DO ANO
(DIVISÃO JUDICIÁRIA)**



**GRÁFICO 12 - CASAS DA CIDADANIA - PROCEDIMENTOS SOLUCIONADOS
(DIVISÃO JUDICIÁRIA)**

